

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação enquadra-se no VII Mestrado em Serviço Social.

A problemática subjacente ao estudo centra-se, por um lado, na desconstrução do fenómeno da prostituição, encarando-o não como drama social mas sim como um estilo/opção, uma forma de estar na vida, por outro lado, nas práticas desenvolvidas pelo profissional de serviço social tendo como população alvo a prostituição.

Compreender e aprofundar a problemática da prostituição através de alguns modelos e abordagens por nós percebidos foi um dos desafios que esteve sobre resposta. Deste modo, foram seleccionados dois modelos: o modelo crítico-analítico e o modelo reflexivo. O modelo crítico-analítico foi utilizado de forma mais residual com o intuito de melhor compreender a evolução do fenómeno prostitucional tendo por base a produção conceptual de vários autores abordados. O modelo reflexivo engloba a abordagem de género, na medida em que, na sociedade contemporânea, pelas modificações que se foram operando em termos culturais deixa de fazer sentido referirmo-nos ao fenómeno da prostituição apenas no feminino e a abordagem de risco que se fundamenta com a dimensão da saúde e dos perigos que este estilo de vida reporta.

Neste contexto, o apoio nestes modelos e abordagens fomentaram a nossa reflexão, alargando assim a compreensão do fenómeno da prostituição a outros prismas, que não os mais usuais.

Encarando a prostituição como uma questão de estilo de vida, a identificação e a compreensão dos modos de agir do profissional de Serviço Social na sua interacção com o grupo alvo em estudo foram os objectivos teóricos do presente estudo, que balizaram o questionamento subsequente das formas de intervenção e estratégias de actuação capazes de operar na vida destes indivíduos,

com algum efeito. Neste contexto a percepção da prostituição enquanto estilo/opção de vida ganha relevância, na medida em que a acção do Assistente Social deve partir da aceitação e respeito por essa mesma opção, sendo primordial não uma intervenção para o abandono mas sim uma intervenção para a protecção sustentada quer na pedagogia como forma de prevenção, quer na salvaguarda das pessoas que se dedicam a esta actividade pela violência a que estão expostas.

De forma mais específica, o estudo possui uma dupla vertente, isto é, pretendemos não só compreender a problemática da prostituição sob vários ângulos, mas também, identificar as práticas profissionais e seus objectivos utilizadas pelos profissionais de serviço social dirigidas ao grupo de risco em estudo.

A desconstrução do fenómeno da prostituição por nós idealizado operou-se a dois níveis: ao nível do seu exercício e ao nível do seu abandono. Quanto ao exercício não foi de sobremaneira enfatizada a visão de caos que serve para explicar a imprevidência ou a ingenuidade de percursos de vida, mas sim o exercício da prostituição como uma opção de vida ou de trabalho assumida por pessoas que ao invés de optar por vários outros empregos que poderiam estar ao seu alcance se decidiram temporariamente ou não pela prostituição como modo de vida a tempo inteiro, parcial ou ocasional. Relativamente, ao abandono este é reflectido tendo por base uma decisão pessoal que pode ser influenciada por um conjunto de factores onde se incluem os de saúde e segurança.

À semelhança do que acontece em vários países da Europa as prostitutas/os em Portugal deveriam ser pessoas com direitos e com deveres perante a sociedade, porque assim o decidiram e assim o escolheram. Não devendo ser entendidas de forma moralista como *“aquelas que fazem mal publicamente”* (Cruz, 1984 cit in Leite 2007:39) ou como aquelas que fazem *“uma troca suja”* (Welzer-Lang, Barbosa et al., 1994 cit in Manita e Oliveira, 2002: 24).

Neste quadro, o presente trabalho de investigação incide sobre três pontos: o primeiro ponto referente aos modelos de abordagens na desconstrução da problemática da prostituição faz uma breve abertura ao tema elucidando o leitor

acerca dos vários ângulos que pode seguir para abordar a problemática da prostituição; o segundo ponto apoia-se sobretudo no modelo conceptual sustentado sobretudo pelo raciocínio crítico-reflexivo. O enfoque é dado ao posicionamento dos vários autores abordados, assim como, à nossa análise sobre as questões por eles colocadas; o terceiro ponto refere-se fundamentalmente ao modelo de estágios de mudança defendido por Barahona e Garcia (2004) como modelo a ser seguido na intervenção com prostitutas é o culminar do presente estudo.

Pautando-se sobretudo por um discurso não discriminatório e não vitimizador, defendendo a prostituição como um modo de vida, a presente pesquisa distingue-se pela importância atribuída ao agir profissional dos Assistentes Sociais como agentes anti-discriminatórios.

A desconstrução para a reconstrução apresenta-se como a linha orientadora do trabalho que, recorrendo à pesquisa bibliográfica e documental não deixou de contextualizar a produção de conhecimento produzido num processo de reflexão contínua sobre as mudanças de paradigma societário com que nos confrontamos em termos de quotidianos culturais sociais e de vida.

A sua pertinência resulta da necessidade de reflectir sobre o facto de a “mais antiga profissão do mundo” continuar a sê-lo, mas não como tradicionalmente pensada uma vez que se tem vindo a “destradicionalizar”. Este facto implica que se “destradicionalizem” as formas de a entender e sobre ela intervir.

## **MODELOS DE ABORDAGENS NA DESCONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PROSTITUIÇÃO**

A prostituição, ou melhor dizendo, o exercício da prostituição pelo carácter multidimensional que lhe está implícito, pode ser trabalhada do ponto de vista académico, mediante um modelo de abordagem crítico-analítico, ou através de um modelo reflexivo.

No âmbito do primeiro modelo tanto se pode seguir um enfoque histórico, na medida em que a prostituição é tradicionalmente considerada como “a mais velha profissão do mundo”, fazendo assim sentido acompanhar as transformações de que foi sendo objecto ao longo dos tempos ou, por outro lado, um enfoque conceptual. Este essencialmente sustentado nas perspectivas defendidas por diferentes autores relativamente ao fenómeno em si mesmo. Contudo, se nos orientarmos por um modelo reflexivo, a desconstrução do fenómeno cria hipóteses de ser estudado através de outras vertentes de análise que saem do modelo de abordagem mais utilizado.

Seguindo o modelo reflexivo, logo nos confrontamos face à sua desconstrução que a prostituição, na sociedade contemporânea reflecte uma tendência para ser estudado apenas no feminino. Faz assim, todo o sentido abordar a problemática da prostituição, integrada na questão do género, ou então, pelos quotidianos de vida a que as pessoas que se dedicam a esta actividade estão expostas, a discussão e relação desta temática numa vertente de risco ganha igualmente fundamento e relevância.

Face ao exposto, o presente quadro salienta dois modelos que se operacionalizam em quatro tipos de abordagens, tal como se pode constatar através do quadro 1.

**Quadro 1:** Modelos de abordagens na desconstrução da problemática da prostituição

Modelo	Abordagem	Objectivo
Crítico-analítico	Histórica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caracterizar a evolução do fenómeno</li> <li>- Salientar momentos importantes</li> <li>- Assinalar usos e costumes</li> </ul>
	Conceptual	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colocar em confronto diferentes posicionamentos</li> </ul>
Reflexivo ou conceptual	Questões de género	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Enfatizar a existência de vários tipos de prostituição</li> </ul>
	Questões de risco	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Destacar comportamentos de risco e perigos de saúde</li> </ul>

Fonte: Coelho, Ana (2010)

A abordagem histórica é fundamental para contextualizarmos os acontecimentos e assim os podermos compreender; a abordagem conceptual torna-se indispensável para tomarmos conta do posicionamento de autores de referência e conduz o pesquisador a um olhar sobre a problemática através de outros prismas, tal como o quadro das questões de género é essencial, no sentido de se tornar necessário justificar a existência de outros tipos de prostituição para além da feminina. A abordagem do fenómeno num contexto de risco torna-se imprescindível, na medida em que, o exercício da prostituição por si só, transporta perigos e riscos ao nível da saúde individual ou pública.

Metodologicamente ao longo do trabalho será feita referência aos diferentes modelos.

Com base numa abordagem histórica reconhecemos que a prostituição sempre foi encarada de uma forma dupla, sendo simultaneamente alvo de recriminações e tolerância. De acordo com Manita e Oliveira (2002) tem-se

assistido a movimentos de tolerância e aceitação, intercalados com atitudes condenatórias e de abolição. Ora como actividade tolerada ora como aceite, ora combatida como estigma, ora como alvo de disposições condenatórias, impeditivas e limitativas, o fenómeno da prostituição constitui uma constante na sociedade portuguesa desde os primórdios da nacionalidade (Grosso:2009).

Sendo a abordagem histórica o tipo de abordagem tendencialmente mais utilizada ao nível de trabalhos de investigação e, por isso, não contemplada no nosso trabalho senão residualmente, tem como objectivo acompanhar e caracterizar a evolução do fenómeno da prostituição desde a antiguidade até aos dias de hoje, colocando em evidência os marcos importantes desta actividade, como é o caso das transformações ocorridas em termos legais que foram do proibicionismo até à despenalização, no nosso país.

Ao nível da União Europeia, verificamos a partir dos dados recolhidos através da Internet, que grande parte dos países europeus optou pela legalização da prostituição, no entanto, dentro de determinados parâmetros, como é o caso da Grécia que legalizou a prostituição, com a condição de a mulher se registar como prostituta e fazer mensalmente exames de saúde ([www.beijodarua.com.br](http://www.beijodarua.com.br)) (acedido a 20/3/2010).

A Holanda é um país caracterizado pela tolerância e relativamente à questão da prostituição foi pioneiro na sua legalização, assim como foi o primeiro país do mundo em que as prostitutas gozaram de todos os direitos comuns aos trabalhadores em geral. Desde o ano 2000 que os holandeses regulamentaram a prostituição, apontando dois argumentos que consideram fundamentais: *“o fim da exploração das prostitutas por terceiros e o controle das doenças sexualmente transmissíveis nessa actividade”* (<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>) (acedido a 20/3/2010). É de salientar que as prostitutas na Holanda não possuem apenas direitos, pois *“são responsáveis pelo pagamento de tributos e são obrigadas a, regularmente realizar exames médicos para prevenção e diagnóstico de possíveis patologias”* (Idem). Outra limitação inerente ao exercício desta actividade é a existência de locais definidos para essas profissionais exercerem o seu labor, *“em*

*Amesterdão trata-se do Bairro da Luz Vermelha, onde as prostitutas se exibem em vitrinas com a finalidade de atrair clientes” (Idem).*

A Alemanha é também um dos países em que a prostituição é legalizada. Desde 2002 que as prostitutas na Alemanha possuem assegurados os seus direitos trabalhistas, como seguro de saúde, férias e participação no sistema de segurança social (Idem).

Por outro lado, na Suécia existe uma lei considerada polémica porque apesar de a prostituição ter sido liberalizada e legalizada continua a criminalizar o cliente, isto é, *“é perfeitamente legal vender sexo, mas não pagar por sexo, o que significa que os homens que pagam por sexo com uma prostituta, proxenetas e donos de bordéis estão sujeitos a multas ou a penas de até seis meses de prisão, além da humilhação decorrente da exposição pública. Por outro lado, a lei não prevê nenhuma penalização para as prostitutas”* ([www.tvi24.iol.pt/internacional/irs-prostituicao-prostitutas-impostos](http://www.tvi24.iol.pt/internacional/irs-prostituicao-prostitutas-impostos)) (acedido a 20/3/2010). A par desta lei, foram constituídos fundos da segurança social para ajudar todas as prostitutas que quisessem sair desta actividade. 30% das prostitutas suecas aproveitaram a oportunidade. Devido a estas medidas, a prostituição num espaço de cinco anos decresceu 60% e os clientes 80%. Os países vizinhos como a Finlândia, Noruega, Escócia e também a Rússia estão a estudar a maneira de adoptarem estas medidas (Idem).

No Reino Unido a prostituição é igualmente legal, mas com limitações. De acordo com o plano do governo *“quem tiver sexo sabendo que a mulher é alvo de tráfico humano, ou outro tipo de violência pode ser acusado de violação”* (<http://pt.euronews.net/2008/11/19UK-plans-crackdown-on-sex-trafficking/>) (acedido a 20/3/2010). O acto será considerado delito, dando direito a cadastro. Esta lei tem o objectivo de proteger mulheres alvo de violência e enfraquecer o comércio do sexo, pois acredita-se que esta restrição irá *“reduzir a procura que evidentemente, levará à redução da oferta das mulheres traficadas e exploradas”* (Idem).

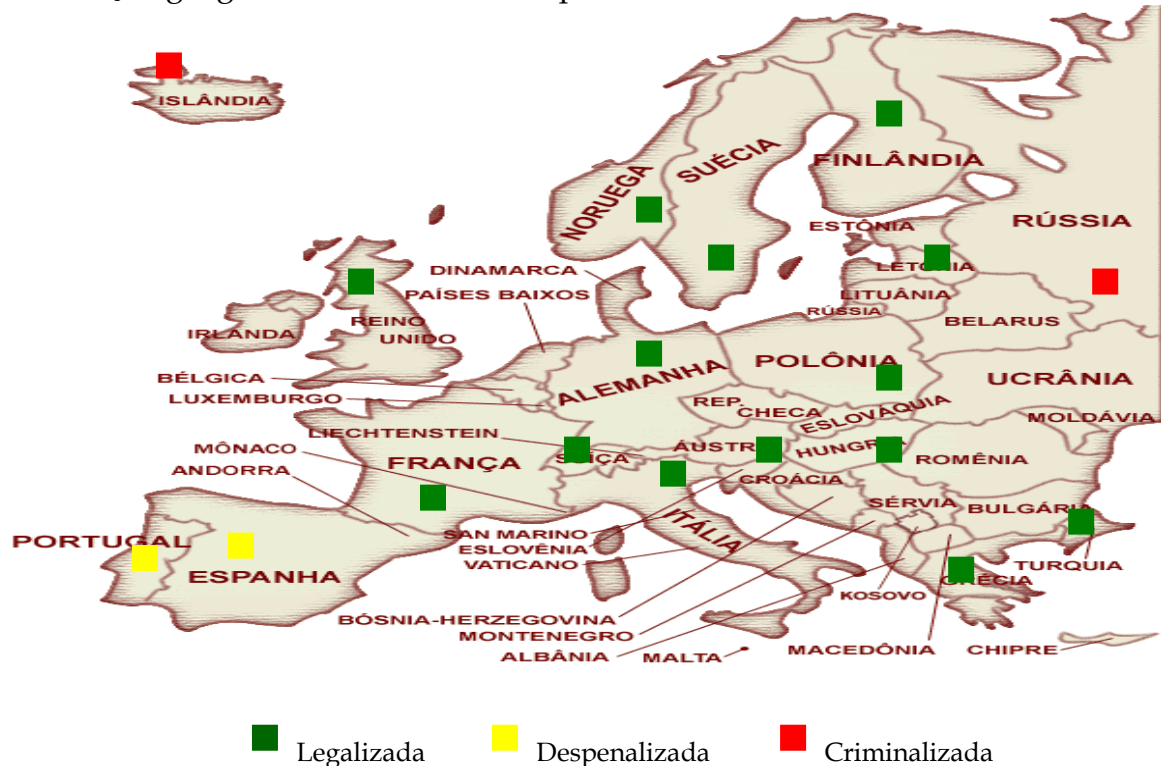
A prostituição está regulada como profissão na Holanda, Alemanha, Áustria, Suíça, Grécia, Turquia, Hungria e Letónia. À maioria dos países é proibida a exposição pública por parte das prostitutas, excepto nas denominadas

zonas de tolerância ou em locais fechados  
(<http://pt.wikilingue.com/ca/Prostituicao>) (acedido a 20/3/2010).

No nosso país, assim como em Espanha a prostituição é despenalizada, ou seja, a prostituta pode exercer a sua actividade que não é crime, no entanto, a sua existência perante a lei e a segurança social é nula, isto é, a prostituta não tem nenhum direito nem nenhum dever.

Face ao exposto, podemos salientar a existência de duas directrizes: por um lado, aponta-se a despenalização como é o caso de Portugal e Espanha onde as prostitutas/os são pessoas sem direitos e sem deveres, por outro lado, aponta-se a legalização que exige determinados limites e a legalização criadora de oportunidades.

Face à inexistência de políticas de intervenção ao nível da prostituição, pode-se efectivamente através da *figura 1* visualizar não só a heterogeneidade do processo de intervenção político ao nível da prostituição, como ainda a sua distribuição geográfica no contexto europeu.



*Figura 1.* Distribuição ao nível do contexto europeu das políticas de intervenção sobre a prostituição

Fonte: Coelho, Ana (2010)



O presente mapa além de contribuir para o conhecimento da situação europeia em termos legais face à problemática da prostituição, coloca em confronto dois posicionamentos: legalização VS criminalização.

O debate sobre a legalização da prostituição é polémico não existindo consenso na sua discussão. Muitos autores afirmam-se contra a legalização da prostituição pois comparam este tipo de actividade à escravatura e à exploração: *“a verdade é que ao contrário do que alguns dizem a prostituição não é uma escolha e muito menos a mais antiga profissão do mundo, é quando muito a mais antiga forma de exploração”*, *“sou contra a legalização da prostituição porque sou contra a legalização da escravatura”* (<http://utopiasreais.blogs.sapo.pt/7928.html>) (acedido a 20/3/2010).

Segundo a nossa opinião, a legalização da prostituição poderia garantir a todas as pessoas que se dedicam a este tipo de actividade os mesmo direitos e deveres que têm todos os cidadãos – direito ao trabalho, à segurança social, à saúde e ao pagamento de impostos. Além disso, pretende também acabar com o tráfico de mulheres e prevenir as doenças sexualmente transmissíveis (DST's). Um bom argumento a favor da legalização, prende-se com o facto de que a proibição jamais acabará com a mais antiga profissão do mundo, apenas obriga as prostitutas/os a viverem no submundo, tornando-as mais vulneráveis à exploração. A questão que se coloca é a seguinte: será que a legalização da prostituição abarcaria uma maior prevenção das DST's, o combate ao tráfico humano, protecção contra abusos físicos e sobretudo o fim da prostituição enquanto actividade imposta para algumas pessoas? Parece-nos que a legalização da prostituição iria acabar com muitos destes problemas, na medida em que haveria um maior controlo das pessoas que se dedicam a esta actividade, equivalente ao que se verifica noutros países da União Europeia, onde inclusivamente se procede a um registo das prostitutas, exames de saúde periódicos que reduziriam o risco de saúde pública e dariam melhores condições de saúde tanto às prostitutas como aos clientes. E porque não a existência de espaços delimitados para exercer este tipo de actividade, à semelhança do que

acontece na Holanda? Todo o profissional tem normalmente o seu espaço de trabalho delimitado, assim, não existiria o risco de constranger pessoas que consideram a prostituição um atentado aos bons costumes.

A abordagem conceptual, na qual colocamos em confronto ideias e posicionamentos de diversos autores foi utilizada no âmbito da realização desta investigação. Esta abordagem coloca em evidência, não só os diversos entendimentos da noção de prostituição, assim como as diversas causas a ela associadas, na tentativa de explicar o fenómeno. É como que colocar em debate vários autores com diferentes posicionamentos. No entanto, a heterogeneidade de ideias, quer mais conservadoras *“aquelas que fazem mal publicamente...”* (Cruz, 1984 cit in Leite, 2007:39) (referindo-se às prostitutas), quer as mais liberais *“é uma profissão igual a outra qualquer”* (More, 1986 cit in Barahona, 2001:58) levam-nos a acreditar na impossibilidade de uma definição consensual. A diversidade de práticas, os locais utilizados para este fim, o controle existente e a noção da pessoa que se prostitui tem da sua própria prática torna difícil e complexa construção de uma noção que seja do acordo de todos. O mesmo acontece com a discussão em torno das causas que proporcionaram a entrada e consentimento da prostituta/o neste tipo de actividade. Apenas existe consenso quando falamos no sentido lato e associamos as causas a trajectórias de vida complicadas, infâncias difíceis, histórias familiares conflituosas e necessidades económicas.

A relação da problemática com a questão de género revelou-se necessária pelo facto de a maioria dos autores citados e abordados se referirem ao fenómeno da prostituição essencialmente no feminino.

O género é *“uma construção social do masculino e do feminino. É a representação social do sexo biológico determinada pela ideia das tarefas, funções e papéis atribuídos às mulheres e aos homens na vida pública e privada”* (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2007:14). Desde sempre esta construção assentou numa relação de poder desigual caracterizada pela dominação masculina e pela subordinação feminina em quase todas as esferas da vida. Os homens e as tarefas,

papéis funções e valores a eles associados são em muitos aspectos mais valorizados do que os associados à mulher.

A mulher tal como a conhecemos hoje é fruto de várias lutas pela justiça, pela igualdade de oportunidades e pela emancipação. Tradicionalmente, a mulher era vista apenas como mãe, responsável pela manutenção do lar, dependente do marido e, por conseguinte, com um status de inferioridade em relação ao homem. Era como se existisse uma dicotomia fragilidade-força.

Esta realidade começa a desmoronar-se no séc. XIX com a Revolução Industrial através da inserção da mulher no mercado de trabalho tornando-a, progressivamente independente em termos financeiros, o que acarretou também mudanças ao nível da estrutura familiar.

Tomemos como exemplo o grupo-alvo da nossa investigação - a prostituição. É certo que a prostituição feminina é por demais conhecida, quer do ponto de vista dos comportamentos, quer do ponto de vista dos fenómenos sociais. No entanto, na sociedade actual existem tanto mulheres como homens que se dedicam a esta actividade, apesar de, a prostituição feminina ser a mais visível, na medida em que, não deixou de ser exercida nos moldes clássicos onde o factor de exposição pública dominou a sua idiossincrasia. Porém, face à diversificação nos estilos do exercício da prostituição, tanto no feminino como o reconhecimento da prostituição masculina leva a que deixe de fazer sentido referirmo-nos à prostituição, no seu sentido lato e apenas no feminino. Isto é, actualmente, o termo prostituta utilizado no feminino passou a ser anacrónico, por isso, quando nos referimos à prostituição no seu sentido lato devemos fragmentar, na medida em que existem mulheres que procuram prostitutos, homossexuais e até crianças envolvidas nesta realidade. Isto deve-se às várias modificações que se foram operando na nossa sociedade, que modificou a lei da oferta e da procura e que deu origem à necessidade de uma maior variedade de nomenclaturas.

Embora este trabalho tenha como universo alvo a prostituição feminina, do ponto de vista de uma análise da transformação do fenómeno social em si mesmo, não podemos descurar a existência de outros tipos de prostituição.

Para os cientistas sociais a problemática da prostituição não é uma opção fácil de investigação, não só pela dificuldade de acesso aos próprios protagonistas, como também pelas eventuais ameaças e perigos que pode suscitar a partir do submundo fechado e clandestino em que os seus organizadores operam (Grosso:2009).

Neste contexto, a análise desta problemática no quadro da dimensão de risco assume toda a pertinência, na medida em que se for tida em consideração a segregação a que estão expostos todos ou todas os/as que exercem a prostituição facilmente nos apercebemos que do risco de exclusão a que estão sujeitos/as, que vulgarmente se traduz numa rejeição social da pessoa prostituta e não no fenómeno da prostituição. À situação de risco de discriminação estão igualmente associados as questões de risco e de perigos inerentes a este tipo de actividade. Fala-se objectivamente nas DST's, os maus-tratos, roubos e tráfico de seres humanos para fins prostitucionais que são uma realidade envolta à prostituição.

Sendo uma actividade tradicionalmente enquadrada nos grupos de risco não implica, todavia, que assuma comportamentos de risco. Clarificando a ideia com um exemplo referente à temática: a pessoa que se prostitui faz sem dúvida parte de um grupo de risco pois está exposta e vulnerável a diversos perigos podendo, no entanto, não assumir um comportamento de risco, nomeadamente, através do uso de contraceptivos.

Aliás, Grosso (2009) assinala mesmo que não existem razões objectivamente consistentes para genérica e linearmente se afirmar que as prostitutas/os evidenciam comportamentos sexuais de risco e são, por isso, responsáveis pela disseminação de DST's. Pelo contrário, estas pessoas revelam uma preocupação permanente face aos riscos de natureza sanitária que a sua actividade poderá implicar, adoptando comportamentos sexuais defensivos marcados pelo desenvolvimento de habilidades específicas e pela adopção rotineira e disciplinada de um conjunto de práticas/precauções e estratégias para prevenir e/ou lidar com potenciais situações de risco.

## RECONCEPTUALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO ENQUANTO COMPORTAMENTO SOCIAL

A prostituição encerra em si diversas posições de vários autores, sendo impossível atingir uma definição consensual. A história tem revelado ao longo dos tempos alguns testemunhos que caracterizam a prostituição como *“a mais velha profissão do mundo”*, salientando, no entanto, diferentes contornos de acordo com os vários enquadramentos socio-históricos, económicos e culturais dos diversos locais onde a mesma é identificada.

De acordo com opiniões mais censutórias, o fenómeno da prostituição é no entender de Wassyla, (1999 *cit in* Barahona, 2001:57) definida como *“uma forma extrema de discriminação contra a mulher”, “uma das formas mais evidentes de exploração da mulher”* (Magali, 1999 *cit in* Barahona, 2001:59), *“supõe uma negação dos direitos humanos, uma nova forma de escravatura”* (Biendicho, 1997 *cit in* Barahona, 2001:59) *“a instituição da prostituição em si mesma constitui uma violação dos direitos humanos semelhantes à instituição da escravatura, por isso, ninguém é capaz de dar o seu consentimento para entrar na prostituição”* ([www.prostitucionresearch.com/swedish.html](http://www.prostitucionresearch.com/swedish.html)) (acedido a 20/10/1999 *cit in* Barahona, 2001:59), *“vitimiza todas as mulheres, justifica a venda de qualquer mulher e reduz a mulher ao sexo”* ([www.uri.edu/artsci/wms/hughes/catw/philos.htm](http://www.uri.edu/artsci/wms/hughes/catw/philos.htm)) (acedido a 8/10/1999 *cit in* Barahona, 2001:60), no entanto, existem autores cujo pensamento se destradicionaliza, que a consideram *“uma profissão igual a outra qualquer, através da qual a mulher ganha a vida. Igual àquela com que a mulher podia ganhar nas limpezas...”* (More, 1986:58 *cit in* Barahona, 2001:59) (Tradução livre).

A noção de prostituição varia, portanto, de sociedade para sociedade, de época para época, de princípios ideológicos para princípios ideológicos, de valores religiosos para valores religiosos e de indivíduo para indivíduo, abarcando igualmente a representação dos próprios indivíduos que se prostituem, uma vez que estes podem não se identificar com o rótulo que lhes é imposto e rejeitar a noção que os inclui. Parafraseando Manita e Oliveira *“a dificuldade em saber o que*

*define prostituição reside na impossibilidade de estabelecer fronteiras bem definidas que separem o que é prostituição do que não é” (2002:22).* Também Costa e Alves defendem que *“tentar criar uma definição científica de prostituição é uma tarefa extremamente complexa, uma vez que o próprio substantivo «prostituição» designa um conjunto de práticas sociais complexas” (2001:69).* De acordo com esta posição está Lopes que considera que *“mesmo dentro do sector prostituição encontramos múltiplos tipos de sectores e de actividades” (2006:30).* Goffman acrescenta que para partirmos para uma definição de prostituição, *“temos que ter em conta tensões, oposições, conflitos e contradições”,* pois a prostituição é uma actividade não proibida mas muito vigiada, legal e não reconhecida, tolerada e não aprovada e que está nas fronteiras do lícito e do dizível (1973 *cit in* Manita *et* Oliveira 2002:22).

Não fazendo referência à história da prostituição que não é contemplada nos nossos objectivos de pesquisa, cabe-nos apenas situá-la em termos legais. Em Portugal, a legislação a aplicar às prostitutas não foi linear. Entre 1853 e 1962 predominou o regulamentarismo, caracterizado pelo surgimento de um regulamento sanitário das prostitutas. As actividades ligadas à prostituição e as prostitutas eram alvo de regulamentos minuciosos que determinavam, entre outros aspectos, que as prostitutas deveriam possuir uma caderneta individual de identificação, registo de inspecções e a idade de admissão nas matrículas e serem sujeitas a exames médicos periódicos. Durante a última parte do regime “salazarista” e os primeiros anos da democracia a prostituição era proibida. Durante este período de tempo todas as casas de convívio foram encerradas, os seus bens apreendidos e a pena de prisão foi aplicada às infractoras. É despenalizada desde 1983 até a actualidade, sendo o lenocínio criminalizado (Manita e Oliveira, 2002) como forma de evitar o fomento, favorecimento ou a facilitação dos actos de prostituição. Actualmente, apesar de em vários países a prostituição ser legal, noutros representa um atentado à moral dominante, além de promover o contágio de DST’s, o adultério (embora os clientes possam ou não ser casados) e a desestruturação da família.

Durante muito tempo vigoraram noções simplistas acerca do conceito de prostituição que não conseguiam evitar conotações morais. A título de exemplo temos a mais antiga investigação realizada em Portugal em 1843 por Santos Cruz que definiu as prostitutas como *“aquelas que fazem mal publicamente do seu corpo ganhando dinheiro e que o fazem constantemente a quem quer que for”* (Cruz, 1984 cit in Leite, 2007:39). Hoje em dia consideramos esta definição vaga e errónea, pois mediante posteriores estudos sabemos que existem prostitutas evanescentes, que são aquelas que trabalham apenas algumas semanas por ano, ou prostitutas a curto termo denominando mulheres que trabalham há poucos meses (Bernardo:2006). Outros tipos de prostitutas, classificadas por este autor<sup>1</sup> são as:

- i) **prostitutas voluntárias**, cuja actividade prostitucional assenta numa base racional ou que livremente escolhem adoptar tal vivência;
- ii) **prostitutas compulsivas**, são aquelas compelidas por necessidades psiconeuróticas;
- iii) **prostitutas de longo termo**, que a sua participação na actividade prostitucional já dura há anos.

Corbin (1978) defende que, para que um acto sexual se possa apelidar de prostituição tem que estar presentes quatro critérios:

- (i) *“hábito e notoriedade;*

---

<sup>1</sup> A partir de material fornecido pela Associação Existências.

A Associação Existências *“é uma associação de solidariedade social, sem fins lucrativos. O seu âmbito de acção abrange todo o território nacional, podendo actuar também, a nível internacional, sendo dotada de autonomia administrativa e financeira...”* ([www.existencias.net/](http://www.existencias.net/), acedido a 6 de Outubro de 2009). Dedicada à problemáticas da prostituição a Associação Existências actua em situações de exclusão social através do acompanhamento psicossocial, focalizado numa intervenção a nível individual e quando necessário a nível familiar. A sua actuação prende-se com a promoção e a protecção da saúde, redução de riscos e minimização de danos através da prevenção primária de DST trabalhando a motivação para a adopção de comportamentos sexuais saudáveis.

- (ii) *venalidade;*
- (iii) *ausência de escolha e*
- (iv) *ausência de prazer ou de qualquer satisfação sexual por parte da pessoa que se prostitui*" (cit Manita et Oliveira 2002:22).

Esta noção baseada em existências está completamente fora de uso, pois sabemos que já não é a ausência de escolha ou factos como a pobreza e exclusão social que obrigam a mulher a prostituir-se, mas muitas delas o fazem por livre opção baseada na maioria das vezes no estatuto que o dinheiro ganho lhes pode oferecer.

Também McCaghy refere que todas as práticas de prostituição integram obrigatoriamente alguns elementos, tais como:

- (i) *"é uma actividade com significado sexual para quem compra;*
- (ii) *é uma transacção económica, não interessando se quem vende tem ou não outras formas de rendimento e se o que tem valor económico é a moeda ou outro bem;*
- (iii) *existe indiferença emocional entre as partes envolvidas, a transacção não tem nada a ver com a existência de afecto do vendedor pelo comprador"* (1985, cit in Manita et Oliveira, 2002:22).

Colocamos de novo em causa o último elemento presente nesta noção, referente a componente emocional, pois segundo Manita e Oliveira (2002) existem prostitutas que dizem ter prazer sexual com certos clientes e que, por vezes, existe com eles algum envolvimento emocional.

Em termos amplos pode-se afirmar que a prostituição consiste numa actividade sexual ou apenas erótica, cujo fim é o prazer (podendo este ser sentido por ambos os parceiros) e não a reprodução, em troca de um valor monetário em dinheiro ou qualquer outra mais valia, podendo mesmo existir, embora não seja comum, sentimentos de afecto entre as partes envolvidas.



De acordo com alguns autores, a forma mais simples e abrangente de nos referirmos ao fenómeno da prostituição é apelidá-la de relações sexuais comerciais (Manita *et* Oliveira, 2002) pois o meio da prostituição funciona como mercado de oferta e de procura. Oferta por parte da mulher que se vende e procura por parte do homem que compra (Fontinha, 2001). Também Medeiros (2000) através de Bernardo (2006) assinala o carácter mercantil da prostituição, pois segundo o autor, esta representa uma realidade social que consiste numa prática comercial objectiva e real no âmbito do mercado de trabalho, com uma procura e uma oferta de serviço, no entanto, não é reconhecida na sociedade.

Nos anos 70, Chapkis (1997) através de Manita e Oliveira (2002) surge com a noção de trabalho sexual que defendeu ser mais abrangente e incluir nesta categoria todo o tipo de prostituição, pornografia, strip-tease, danças eróticas, chamadas telefónicas eróticas, entre outros serviços de cariz sexual ou erótico. Mais tarde o autor actualiza o termo para trabalho erótico, justificando que existem trabalhos que não implicam o sexo mas que se inserem no âmbito do erotismo.

Numa acepção lata, a prostituição poderia englobar todos os tipos de práticas sexuais em que os seres humanos, em troca de recursos, remunerações, ou outras compensações de vária ordem como, por exemplo, favorecimento escolar e profissional, disponibilizam o seu corpo para proveito sexual de outrem. A classificação das pessoas que se prostituem é consequência da diversidade de práticas e dos locais onde estas decorrem. De acordo com alguns autores existe uma hierarquia entre as diferentes pessoas que se prostituem e que nos remete para contextos variados (Thio, 1983; McCaghy, 1985; Meier 1989; Bartol 1991 *cit in* Manita *et* Oliveira, 2002:25). Desde prostituta de rua<sup>2</sup>, à call girl, passando pela

---

<sup>2</sup> São vulgarmente conhecidas como prostitutas “tradicionais”. Têm idades compreendidas entre os 35 e os 50 anos, fazendo desta actividade o seu principal modo de vida, o que se reflecte na prática de um trabalho contínuo, regular e visível. Algumas já foram prostitutas de bares mas, deixaram de ter “boa apresentação” para continuar. Têm uma aparência descuidada e despendem poucos cuidados à sua higiene pessoal, bem como cuidados e conhecimentos de saúde (Rocha, 2001:36).

prostituta de bar<sup>3</sup>, de casa de massagens, de bordel ou acompanhantes de luxo<sup>4</sup>, existe uma panóplia de serviços e actividades que regulamentam o preço, o controlo negocial e a independência face a exploradores. Segundo Manita e Oliveira (2002) as call girls são de entre todas as prostitutas aquelas que têm um estatuto mais elevado, as que são mais bem pagas, que tem um maior nível educacional e que são mais inteligentes. *“São novas atractivas, vestem bem e são sofisticadas, vivem num local diferente daquele onde trabalham e moram nas melhores zonas das cidades. Têm consciência do seu estatuto e não se deixam confundir com os outros tipos de prostitutas”* (2002:25). Na concepção de Chapkis as prostitutas de estatuto elevado são as que estão em melhor posição de escolher os clientes que querem, bem como de recusar serviços perigosos, *“são estas que mais facilmente conseguem transitar para outro emprego, depois de terem juntado uma certa quantia de dinheiro”* (1997 cit in Manita et Oliveira 2002:25).

As prostitutas de rua têm características opostas a estas, normalmente são provenientes de classes sócio-económicas desfavorecidas, têm mais idade, ganham menos dinheiro e estão mais sujeitas a serem exploradas e vítimas de raptos, violações, ataques, furtos e todo o tipo de ofensas. Na maioria dos casos provêm de famílias disfuncionais, tiveram dificuldades de adaptação à escola e frequentemente foram alvo de institucionalizações diversas. Hoigard e Finstad

---

<sup>3</sup> São mulheres novas, variando a sua idade entre os 18 e podendo passar dos 30 anos, dependendo sempre da apresentação física e da capacidade de domínio de conversa. Têm uma apresentação cuidada, preocupam-se com a sua higiene e saúde e têm alguns conhecimentos acerca desta última. Não se assumem como prostitutas, pois referem que o seu trabalho se centra em estimular o cliente e consumir bebidas. Quando estas mulheres têm um companheiro, este funciona como um cliente assíduo que se tornou amigo e que, em troca, lhe oferece prendas e algum suporte emocional (Idem).

<sup>4</sup> São mulheres que se enquadram como que no topo do fenómeno prostitucional. São pouco visíveis, trabalham em hotéis de luxo, agências, casa de massagens e, provavelmente as actividades destas mulheres assumem contornos muito diferentes. Este tipo de actividade é ainda inacessível, pela privacidade que se lhe confere (Idem).

(1992) acrescentam que para estas prostitutas a reacção à primeira relação sexual comercial é normalmente negativa. Porter e Bonilla (2001) afirmam que têm entre si uma maior percentagem de toxicodependentes (*cit in* Manita et Oliveira, 2002:25).

Existem portanto prostitutas de interior e de exterior. Segundo Weitzer (2000) através de Manita e Oliveira (2002) as diferenças entre estes dois grupos situar-se-ão aos seguintes níveis:

- (i) **estatuto social**, existe uma hierarquia de estatutos na prostituição, tendo a prostituta de rua o estatuto mais baixo e, por isso, o estigma mais forte. Dentro de uma mesma categoria também podem existir estratificações, *“por exemplo, nas prostitutas de rua, pode haver uma hierarquização por raça, por idade, pela aparência e pelo local onde trabalham”* sendo que as categorias influenciam a possibilidade de ganharem mais ou menos dinheiro (*cit in* Manita et Oliveira, 2002:26);
- (ii) **controlo sobre as condições de trabalho**, existem muitas diferenças entre as prostitutas e quanto maior é o controlo que elas têm maior é a liberdade para recusarem clientes, melhor é o acesso aos meios de protecção e segurança, maior é a independência em relação a possíveis proxenetas e maior é a capacidade de deixarem o trabalho sexual e passarem a ter outra profissão se assim o desejarem;
- (iii) **experiências de trabalho**, as prostitutas diferem no que respeita às experiências que têm no seu trabalho. No que diz respeito à vitimização, enquanto experiências como assaltos e violações, são raros nas prostitutas de interior e são relativamente frequentes nas prostitutas de rua. O risco de exposição a doenças sexualmente transmissíveis é também superior nas prostitutas de rua. A forma como o trabalho é percepcionado difere igualmente, com as

prostitutas de interior a considerarem mais positivamente a experiência;

- (iv) **problemas psicológicos e de auto-imagem**, embora não haja um padrão uniforme, alguns estudos indicam que as prostitutas de rua são as que têm mais problemas psicológicos, menos orgulho no seu trabalho, acham que o trabalho tem um efeito negativo nas suas vidas e acreditam menos que estão a prestar um serviço válido;
- (v) **impacto na comunidade**, a prostituição de rua por ser a que tem maior visibilidade é a que tem mais impacto na comunidade. A prostituição de interior, como não é vista é discreta e não há geralmente oposição a ela.

Neste quadro Barahona afirma que *“não podemos estabelecer uma tipologia única de prostituição, já que são vários os factores que incidem sobre ela e que, portanto, a definem”* (2001:63) (Tradução livre). Existe uma triangulação envolta à prostituição, composta por quem a exerce - a prostituta, quem paga os seus serviços - o cliente e, por último, o que exerce um controlo sobre a mulher e a sua actividade - proxeneta.

Ao distinguirmos as prostitutas quanto à sua tipologia, Barahona (2001) chama a atenção para alguns critérios de classificação que considera significativos, sendo eles:

- (i) género;
- (ii) idade;
- (iii) lugar onde exercem a prostituição;
- (iv) dedicação ao trabalho;
- (v) condições de trabalho.

No que se refere ao **género**, é de salientar que o presente estudo se centra basicamente na prostituição exercida por mulheres, no entanto, cabe-nos assinalar

a existência de homens nesta realidade social. A presença de relações homossexuais neste fenómeno é também uma realidade, pois *“há mulheres que tem como clientes tanto homens como mulheres indistintamente, mas existem diferenças nos aspectos internos que têm a ver com o perfil da prostituta, as condições de negociação, os locais de procura e o próprio encontro”* (Barahona, 2001:65) (Tradução livre). Existe igualmente um modo distinto de perceber a prostituição masculina e feminina, assim, a prostituição exercida por mulheres é estigmatizada socialmente com maior intensidade, talvez por ter uma maior visibilidade.

De acordo com Barahona (2001) os critérios para definir o que é uma mulher jovem e os limites dessa longevidade são muito diferentes no universo da prostituição e no resto das esferas sociais. A **idade** da mulher é uma variável que condiciona em grande medida o exercício da prostituição. São preferíveis as prostitutas mais jovens, na medida em que, a juventude interfere numa série de capacidades abonatórias, desde os atributos estéticos, socialmente reconhecidos e elogiados até ao valor social. Na maioria das vezes o que acontece é que em clubes, bares de alterne e outros locais de diversão, quando a mulher atinge os 30 anos é substituída por raparigas jovens.

O **lugar onde se oferecem os serviços** não corresponde na maioria das vezes ao lugar onde se mantêm os encontros sexuais. Assim, Barahona (2001) distingue os seguintes espaços:

(iiia) ambiente aberto, que corresponde a uma prostituição visível. A mulher tem o seu território demarcado na rua. Quando chega o homem interessado ambos negociam o serviço, no que diz respeito tanto às práticas sexuais como ao preço. O acto sexual pode acontecer perto desse mesmo espaço, normalmente dentro do carro do homem, ou num jardim próximo. Não é muito comum as prostitutas de rua consentirem idas ao domicílio ou a pensões/residenciais. Mesmo no veículo do cliente pode existir um certo perigo e insegurança, na medida em que este pode desviar-se do destino combinado com o objectivo de violentar, roubar e mal tratar a mulher. São contextos perigosos em que a possibilidade de

pedir ajuda é complicada devido à escassez de pessoas nas redondezas. Barahona salienta a ideia de que *“à primeira vista pode parecer que é o cliente que exige o que quer da mulher e como quer, no entanto, são elas que em última instância decidem se querem ir ou não, em função da situação em que se encontrem”* (2001:77) (Tradução livre). Também os preços variam dependendo do lugar estabelecido para o acto e da prática sexual em si, embora, em última instância a opinião que prevalece é a da mulher, que normalmente é tomada em função das suas necessidades de dinheiro naquele momento;

(iiib) ambientes fechados correspondem a uma prostituição invisível. Dentro desta categoria incluímos os clubes e os bares de alterne. Em todos estes locais se exerce a prostituição, a diferença encontra-se apenas no local reservado para o contacto sexual. O clube é um contexto de trabalho muito mais protegido e controlado em caso de possíveis ameaças ou comportamentos violentos dos clientes, no entanto, 40% ou 50% do dinheiro auferido é reservado para a casa. Outra particularidade importante refere-se ao sexo dos donos dos clubes ou bares de alterne. Barahona (2001) assinala que os homens são mais valorizados, porque pagam melhor, são mais sensíveis aos problemas das mulheres, pelo que existe bom entendimento de trabalho e empatia entre as partes. A call-girl é outro tipo de prostituição que existe em ambientes fechados. É exercida em casas particulares, nomeadamente em apartamentos. Na maioria das vezes a prostituta trabalha por conta própria, no entanto, também pode ter um proxeneta, é denominada por call-girl, na medida em que o cliente através de um jornal periódico, normalmente com fotografias em poses ousadas, selecciona a mulher com quem quer estar e telefona a marcar encontro. É uma prostituição mais discreta, também aqui os ganhos não são todos da prostituta, visto que a seu cargo tem a manutenção do apartamento e do anúncio do jornal.

Outra tipologia ligada à call-girl, uma vez que é realizada também através de anúncios são as acompanhantes de luxo que oferecem serviços de acompanhamento a clientes em viagens, saídas, espectáculos, entre outros, além do contacto sexual. Segundo Barahona (2001) para pertencer a esta elite de

prostituição, a mulher tem que passar por um processo de selecção constituído por duas partes: na primeira avalia-se as capacidades intelectuais da mulher, através da entrega de um curriculum vitae, um teste escrito e uma entrevista; a segunda consiste na observação da mulher nua. Todas estas técnicas de selecção têm como objectivo não apenas avaliar a aparência da mulher, mas sobretudo captar o seu nível intelectual e cultural e a sua forma de estar e conviver. Se a mulher for eleita acompanhante de luxo é realizado um book fotográfico que servirá posteriormente de amostra para o cliente.

Quanto à **dedicação ao trabalho**, podemos diferenciar:

- (i) **prostitutas ocasionais**, que são aquelas que exercem a prostituição de forma esporádica;
- (ii) **prostitutas profissionais**, que são aquelas para as quais a prostituição constitui uma actividade laboral pela sua continuidade no tempo, pela sua fonte de dinheiro e por terem um horário estabelecido que determina o resto das suas actividades diárias fora da prostituição.

Em muitos casos o motivo da entrada na prostituição reveste-se de uma ocasionalidade temporal, por isso, constitui mais uma adaptação e um mecanismo de defesa puramente psicológico do que uma realidade, já que a temporalidade se converte em permanência. Na verdade nenhuma mulher entra nesta actividade pensando que se vai dedicar a ela para o resto da sua vida, o que acontece é que vai permanecendo, porque a prostituição é viciante, na medida em que proporciona uma vida cómoda. Barahona adverte-nos para a ideia de que *“a trajectória da mulher prostituta vai-se consolidando, na medida em que esta se perpetua no tempo, existindo uma mudança de opinião e de atitude em relação à prostituição. Passa-se assim de uma relação de rejeição inicial para uma relação de aceitação, consolidando-se a sua permanência no tempo, favorecendo o ambiente onde esta é exercida, o grupo de iguais e o benefício material que esta actividade reporta”* (2001:138) (Tradução livre).

Falamos de **condições de trabalho** para nos referirmos aos aspectos mais globais do universo circundante no qual se exerce a prostituição. Pode efectivamente existir o intermediário que as contrata e ter ou não uma relação laboral, capaz de diferenciar uma prostituição exercida por conta própria ou por conta de outrem. Barahona alerta para o facto de que *“no mundo da prostituição só existe a modalidade de trabalho por conta própria quando a prostituição é exercida em apartamento (call-girl), ou quando em certos locais que se dedicam a espectáculos, as mulheres decidem manter um contacto sexual fora do negócio”* (2001:104) (Tradução livre).

Durante muito tempo, a prostituição esteve somente ligada à pobreza e a realidades sociais como a toxicodependência, ou seja, as mulheres prostituíam-se como forma de subsistirem, ou noutros casos para alimentarem o vício do consumo de estupefacientes. No entanto, actualmente já não é assim. Neste quadro, cabe-nos a distinção entre prostitutas auto-determinadas e prostitutas hetero-determinadas.

Segundo Grosso (2009) esta distinção refere-se à forma de como estas mulheres vêm a prostituição e como se posicionam relativamente a esta actividade prostituitiva. É uma classificação que mistura motivações com a forma como organizam a sua vida. A auto e heteronomia não são mais do que extremos de um *continuum*, o *continuum* da organização do sujeito psicológico. Na concepção de Oliveira (2004), a prostituição de rua é muito complexa e é composta por um leque muito alargado de pessoas. Por detrás de cada um destes tipos de prostitutas está uma variedade de actrizes com sensações, emoções, afectos, cognições e experiências únicas (*cit in* Grosso 2009).

As prostitutas auto-determinadas têm a sua actividade referenciada por causas próprias, pela sua própria liberdade, prostituem-se porque pretendem atingir determinados objectivos normalmente definidos pela aquisição de conforto a médio/longo prazo, como por exemplo, ter casa e carro próprios. De acordo com Grosso *“são geralmente independentes, têm autonomia de decisão e fazem uma boa gestão da sua vida. São mulheres que têm uma auto-estima elevada, boa aparência física e*



*abandonam mais cedo a prostituição*" (2009:16). São minoritárias relativamente às restantes (Oliveira, 2004 *cit in* Grosso 2009).

A classificação de prostitutas hetero-determinadas é maioritariamente constituída por prostitutas de rua, são mulheres cuja organização psicológica se afasta da autodeterminação. Estão determinadas por causas biológicas, como é o caso das toxicodependentes ou determinadas por um proxeneta que as explora. Quando a vida da mulher é organizada por este, podemos dizer que são prostitutas por imposição de um marido/namorado/companheiro que sob coacção psico-física as mantém nesta actividade, sendo a sua autonomia para o trabalho praticamente nula (Grosso, 2009). Oliveira (2004) salienta a ideia de que estas mulheres estão na rua como poderiam estar em qualquer outro sítio. Estão na rua como estiveram toda a vida, porque não sabem outras formas de ganhar dinheiro, porque não têm outra forma de viver (*cit in* Grosso, 2009). As prostitutas hetero-determinadas encontram-se muitas vezes reféns de um ciclo vicioso no qual impera uma lógica de dominação (domínio da droga, domínio de um explorador e domínio da apatia). A autora salienta que estas mulheres têm geralmente uma vida desorganizada, limitando-se a fazer face às despesas correntes. Fazem uma gestão diária da sua vida, os clientes que têm num dia são suficientes para a sua dormida, refeições e ama no caso de terem filhos.

Outro aspecto da prostituição que provoca alguma discussão e inquietação entre autores que se debruçam sobre esta problemática, é o facto de os termos "*trabalho sexual*" ou "*trabalho erótico*" implicarem a prestação de um serviço e, por isso, a defesa da profissionalização destas actividades. Existem autores que consideram que a prostituição é um trabalho que sustenta numa série de técnicas. Welzer-Lang, Barbosa *et al.* defendem que "*a prostituição é um trabalho mas não como os outros*" pois, "*o papel do chulo, o papel das drogas e a existência de uma troca suja fazem com que seja um exagero dizer que se trata de uma profissão como as outras*" (1994 *cit in* Manita *et* Oliveira, 2002:24). Chapkis (1997) através de Manita e Oliveira (2002) apresenta três argumentos que contrariam a ideia de profissionalização da prostituição:

- (i) na prostituição o consentimento é impossível, a prostituição deve ser defendida como escravatura e não como trabalho;
- (ii) as prostitutas fazem apenas algo que é natural e, como tal, não se pode dizer que estão a trabalhar;
- (iii) não se pode conferir o estatuto de trabalho ao sexo comercial, porque a sexualidade, não podendo ser separada da pessoa que se prostitui, envolve uma venda do eu que é inalienável e não é possível a venda.

As ideias apresentadas por Chapkis contrariam o que muitas vezes se passa na realidade. É reconhecido que existem prostitutas que por vontade própria, obviamente fruto de todo o seu enquadramento familiar, social e económico, optam por enveredar pela via prostitucional. Logo, não podemos generalizar a prostituição como escravatura. Só existe escravatura quando a pessoa é forçada a agir de determinada maneira.

Neste contexto, Pryen (1999 *cit in* Manita et Oliveira, 2002:24) a partir do estudo que efectuou sobre prostituição de rua concluiu que:

- (i) *as mulheres que se prostituem possuem saberes e práticas profissionais;*
- (ii) *na tentativa de se deslocarem do estigma de “puta” desenvolvem um discurso profissional que lhes permite apresentarem-se aos outros em termos de utilidade pública;*
- (iii) *a prostituição não é um trabalho como os outros, pois está marcado pelo seu carácter desviante”*

Uma figura que normalmente caminha a par e passo com o fenómeno da prostituição é a do proxeneta. O proxeneta ou em termo calão chulo é aquele que explora a prostituição com fim lucrativo. Da triangulação prostituta, proxeneta e cliente é a única actividade criminalizada em Portugal, no entanto, segundo Grosso (2009) são poucos os casos que chegam aos tribunais.

Tradicionalmente, o proxeneta era encarado como companheiro para as ocasiões críticas passando posteriormente para explorador de prostitutas. Algumas relações entre prostitutas e seus chulos são pacíficas e estes são vistos como namorados, maridos e protectores, enquanto que outras vivem num verdadeiro terror com os chulos a obrigá-las a entregar um mínimo de dinheiro por noite e a agredi-las quando isso não acontece (Oliveira, 2004 *cit in* Grosso, 2009). Verificam-se casos em que a figura do proxeneta ainda que existente já não é de modo algum central na actividade, nem sequer na própria gestão do trabalho e do dinheiro, sendo apenas mais um parasita que vive às custas da mulher.

Com efeito, hoje em dia, bastantes mulheres que trabalham na rua partilham os seus ganhos com o respectivo namorado ou companheiro que, por situações de desemprego ou mais frequentemente por comodismo e facilitismo, não se esforça por ter um trabalho regular, autónomo e assalariado, preferindo viver à sombra dos ganhos da mulher. No entanto, embora em declínio, registam-se alguns casos de proxenetismo nos moldes convencionais, isto é, o proxeneta gere directamente o dinheiro das mulheres, apropriando-se de uma quota parte dos seus ganhos e exerce sobre ela represálias ou ameaças e formas de intimidação e coerção, seja nos casos em que a introduz na prostituição, a trabalhar para ele, seja posteriormente quando à base da chantagem ou de medo a mantém presa à actividade e à sua pessoa. Nestes casos as mulheres não controlam os seus próprios rendimentos e são desrespeitadas e objecto de maus tratos e chantagens emocionais (Ribeiro *et al.*, 2008 *cit in* Grosso, 2009).

Para Hogard e Finstad (1992 *cit in* Bernardo, 2006:39) existem cinco tipologias de proxenetas:

- (i) **namorado, chulo não violento** que tem com a prostituta uma relação amorosa, na qual a mulher se prostitui, geralmente, por decisão conjunta;

- (ii) **namorado, chulo violento** com este a mulher tem uma relação de envolvimento emocional caracterizada pela violência, muitas vezes extrema;
- (iii) **chulo sexual** em que não existe uma relação amorosa;
- (iv) **chulo estável**, é aquele que tem várias mulheres a trabalhar para ele, podendo ter um relação amorosa com uma ou mais de entre elas;
- (v) **chulo de clube de sexo**, refere-se aos gerentes ou donos de casas onde se exerce a prostituição.

Apesar da diferenciação apresentada por estes autores, Ribeiro *et al.* salienta a ideia de que o proxeneta convencional tende a subsistir quase só por referência a mulheres mais velhas, sendo já várias, entre as mais novas, as que nem querem ouvir falar de tal figura, uma posição que é igualmente perfilhada e expressa por aquelas que trabalham em casa ou apartamento (2008 *cit in* Grosso, 2009). Podemos portanto afirmar que a maioria das prostitutas mais jovens trabalha por conta própria, estando a figura do proxeneta em declínio.

Desde o século XIX que se procura apurar as causas da prostituição. A maioria dos estudos foi de cariz comparativo, procurando apurar diferenças entre as prostitutas e as mulheres que não se dedicavam a esta vida. No âmbito da anatomia e do psiquismo Pryen (1999 *cit in* Manita *et* Oliveira, 2002) investigou diferenças psicofisiológicas e individuais que confirmassem cientificamente o postulado de que as prostitutas não são mulheres como as outras. Também Santos Cruz (1984) que foi pioneiro de um estudo em Portugal sobre prostituição procurou diferenças que permitissem distinguir estas mulheres das outras. Lombroso (1991) dedicou alguns dos seus estudos a procurar características específicas das prostitutas, comparando-as com mulheres normais e com criminosas. Este autor considerava a prostituição como a verdadeira degenerescência feminina e defendia a ideia da prostituição nata, que segundo ele era resultado de uma hereditariedade mórbida (*cit in* Manita *et* Oliveira, 2002). Edgar Moniz (1906) através de Manita e Oliveira (2002:27) procurou encontrar

causas psicológicas ou sociais para o fenómeno, referindo “a falta de educação, o mau exemplo, a fome, a falta de trabalho, a necessidade de luxo e o prazer venal” como causas determinantes da prostituição. Já Guimarães (1928) agrupa duas posições para possíveis causas: por um lado, as condições socio-económicas socialmente desiguais ou injustas, por outro lado, a degenerescência (*cit in Manita et Oliveira, 2002*).

Manita e Oliveira (2002) referem que durante quase todo o século XX as tentativas de tentar explicar/compreender a prostituição e a pessoa que se prostitui não se revelaram muito diferentes destas primeiras explicações, até que, se começaram a articular diferentes tipos de explicações no sentido de encontrar mais do que uma causa para o mesmo fenómeno.

A teoria socio-psicológica de Benjamim e Masters (1964) identifica três tipos de factores que podem conduzir à prostituição:

- i) **factores predisponentes**, ou seja, “*elementos do passado da mulher como a infância vivida num lar desfeito, a promiscuidade dos pais ou os traumas capazes de provocar outro tipo de neuroses*”;
- ii) **factores de atracção**, “*no qual estão presentes as vantagens comparativas da carreira prostitucional, como os ganhos elevados, uma vida fácil e interessante e expectativas de alguma gratificação sexual*”;
- iii) **factores precipitantes**, “*que incluem a pressão económica, a persuasão por parte do proxeneta, um desgosto amoroso e até uma boa oportunidade*” (*cit in Manita et Oliveira, 2002:28*).

O contributo de McCaghy (1985) para explicar a entrada das mulheres na prostituição direcciona o nosso raciocínio para a existência de uma série de experiências comuns:

- (i) “*experiências sexuais precoces; promíscuas e frequentes*;
- (ii) “*a aquisição de atitudes favoráveis à prostituição*;

- (iii) *o reconhecimento de altos ganhos monetários e de poucas alternativas de emprego*".

Este autor considera que *"embora muitas prostitutas possam partilhar algumas experiências comuns, não é pela presença de uma só característica, como um traço de personalidade ou uma experiência do passado que alguém se torna prostituta"* (cit in Manita et Oliveira, 2002:27). A compreensão da carreira prostitutiva só é possível tendo em atenção uma variedade de influências, seja na infância ou na idade adulta.

Nesta linha também Schissel e Fedec (1999) prestam o seu contributo, afirmando que a prostituição se deve *"à existência de histórias de negligência e abuso no passado das mulheres, associado a um auto-conceito baixo e à falta de competências afectivas"* (cit in Manita et Oliveira, 2002:28).

Para Bartol (1991) sustentador de uma aprendizagem social, as explicações psicológicas e sociológicas são erróneas e acredita que a prostituição é mais um padrão de resposta obtido pelo contacto com pessoas que encorajam e fornecem modelos significativos, tendo sempre em conta a oferta de recompensas económicas superiores às existentes anteriormente (cit in Manita et Oliveira, 2002). Meier (1989) que também sustenta esta linha teórica, dá ênfase à chamada aprendizagem do desvio, pois, *"as pessoas têm que aprender a tornar-se prostitutas e isso implica que se adquiram uma série de valores e atitudes contrários aos dominantes"* (cit in Manita et Oliveira, 2002: 29). Segundo o autor é esta aquisição de valores e atitudes diferentes que vai permitir que a mulher use o seu corpo com um propósito diferente daquele para o qual foi aculturada. Meier adianta que as mulheres que se tornam prostitutas pertencem a meios desviantes e que os proxenetas são quem providencia parte dessa aprendizagem (idem).

A abordagem multidisciplinar de Widom (1984) consiste num modelo multidisciplinar para explicar esta realidade social. Reporta um modelo dinâmico que interrelaciona os factores que contribuem para o desenvolvimento da prostituição. Seguindo o raciocínio de Widom, *"as predisposições individuais vão*

*interagir com as experiências de socialização que são influenciadas pelo género, personalidade, grupo de pares e comunidade em que cada pessoa está inserida, e pelas atitudes da sociedade relativamente ao comportamento considerado apropriado” (cit in Manita et Oliveira, 2002:28).*

Outros estudos foram realizados neste âmbito, tendo como objectivo a procura das causas da prostituição. Num estudo mais recente efectuado por Welzer-Lang, Barbosa *et al.* (1994) através de Manita e Oliveira (2002:30) apontaram *“o abuso sexual, as necessidades materiais, o desejo de independência económica, o amor, o jogo, a fantasia e a violência”* como elementos percussores da entrada da mulher no mundo da prostituição. *“Serem patroas delas próprias, o conhecimento e a amizade partilhada com as outras mulheres que se prostituem e a sensação de que exercem poder sobre os homens”* são as razões que Hoigard e Finstad (1992 *cit in* Manita et Oliveira, 2002:31) apontam para a entrada e posterior permanência neste estilo de vida. Estes autores defendem que as mulheres se tornam prostitutas sempre por dinheiro, e que as relações com os clientes são sempre profissionais e impessoais, contribuindo os mecanismos de defesa destas mulheres para que a relação seja assim. Estes mecanismos de defesa passam pela manutenção de fronteiras bem definidas que permitem preservar a sua identidade e o seu eu, muitas vezes, passa pelo resguardo de certas partes do corpo, não permitindo que os clientes as beijem, a utilização de técnicas que apressem a concretização do acto, entre outros aspectos.

As razões que podem conduzir a mulher à prostituição são aparentemente ilimitadas, porque cada caso de prostituição representa, por si só, um caso particular. As práticas prostitutivas são resultado de toda uma conjuntura cultural, económica e social. Barahona (2001) refere que várias razões se inter-relacionam no chamado momento central da entrada para o mundo da prostituição, ou seja, existem uma série de acontecimentos e incidências na vida de uma mulher que coincidem com um momento determinado e com circunstâncias concretas que favorecem a tomada de decisão de entrada na prostituição. A autora salienta cinco motivos:

- (i) **ruptura conjugal** que pode acontecer por infidelidade, maus-tratos ou viuvez;
- (ii) **aliciamento** do marido ou namorado, que pode ter como objectivo sustentá-lo ou ganhar dinheiro para sobreviver;
- (iii) **motivos económicos** que podem estar associados ao fracasso de um negócio próprio, à dificuldade de incorporação no mercado de trabalho, à falta de formação, à idade, à situação familiar, à situação do país de origem, ente outros aspectos;
- (iv) **falta de apoio familiar** que se traduz na busca de apoio a redes informais com grupos de iguais, por maus-tratos, abandono ou conflitos familiares;
- (v) **consumo de drogas.**

As razões que levam estas mulheres a prostituírem-se podem ser de várias ordens, não existe geralmente uma causa única. A rejeição inicial à prostituição muitas vezes sentida pela mulher é condicionada pela formação e educação da mulher, que naturalmente aumenta quando existe maior nível sócio-educativo, no entanto, essa rejeição acaba por ser aceite com naturalidade. Embora em alguns casos sejam as necessidades económicas que guiam estas mulheres, parece-nos justo afirmar que muitas delas o fazem por opção, por livre vontade, porque desta realidade advém um nível de vida que estas mulheres não conseguiriam ter com a realização de outra actividade ao alcance da sua formação e assim, conseguem assegurar um nível de vida que lhes permite ter algum luxo e conforto. Podemos dizer que privilegiamos os motivos económicos, quer na entrada, quer na permanência das mulheres na prostituição. Pois se, por um lado, foi por dinheiro que iniciaram esta prática, por questões de satisfação de necessidades básicas<sup>5</sup>, por

---

<sup>5</sup> Dallayrac no seu estudo sobre prostituição *“O Novo Rosto da Prostituição”* afirma: *“Nunca ouvi, nas declarações das raparigas que interroguei nenhuma delas argumentar que se prostituía acima de tudo porque tinha fome”* (1976:21). No entanto o autor não descarta a existência de uma prostituição ligada à miséria.



outro lado, é por dinheiro que nela se mantêm, já não tanto para a satisfação de necessidades, mas para conseguirem assegurar um certo nível de vida que até então se acostumaram. Dallayrac defende que *“o desequilíbrio afectivo ou familiar, o divórcio, a maternidade sem pai, a vontade de fugir ao seu meio social são explicações reais mas que escondem com frequência certas disposições tais como: desejo de levar uma boa vida, gosto por divertimentos, gosto de dinheiro fácil, gosto do luxo, gosto por uma atmosfera fortemente erotizada que não são de desprezar”* (1976:25).

Outra razão apontada pelo autor diz respeito ao gosto pelo desrespeito da ordem estabelecida. Isto é, muitas vezes o contexto familiar é repressivo, infeliz e ditatorial e as raparigas/mulheres sentem vontade de ser independentes e rebeldes. O autor refere que o mesmo acontece com os rapazes que enveredam pela vida do crime *“os actos de violência que têm por razão aparente a ociosidade têm muitas vezes por razão profunda uma revolta contra as tradições, contra as regras sociais estabelecidas que lhes parecem detestáveis”* Dallayrac acrescenta *“Enquanto os rapazes cometem crimes, as raparigas adoptam a prostituição na medida em que é uma forma de recusa da ordem estabelecida, aquela que está mais relacionada com as suas aptidões físicas”* (1976:27).

Partilhamos com Roberts a ideia de que *“a mulher tem o direito de dispor livremente da sua sexualidade inclusivamente para fins comerciais”* (1996:386) defendendo a prostituição nos casos em que é de livre opção da mulher adoptar este modo de vida, condenando todas as práticas de lenocínio, exploração e opressão. Eis algumas expressões citadas da obra de Nickie Roberts, *“A Prostituição através dos Tempos na Sociedade Ocidental”* provenientes de entrevistas realizadas a prostitutas, que demonstram a sua opção de vida: *“Todos discutem o que se deverá fazer pela prostituta, que tipo de leis se lhes deve aplicar... Irão fazer a mesma coisa com os logistas ou com os jornalistas? Que direito têm eles de tomar sempre as decisões no nosso lugar? Para nos proteger dos chulos! É a desculpa...”* (1996:305) ou *“Para quê perder a vida a trabalhar por alguns xelins por semana numa cozinha, dezoito horas por dia, quando, em vez disso, uma mulher pode ganhar um ordenado decente a vender o corpo?”* (1996:97). Nomeadamente esta última expressão demonstra bem

que, em muitos casos, é a própria mulher que decide a sua trajectória de vida, que toma decisões e define prioridades. Estas trajectórias, decisões e prioridades são fruto do desemprego, desigualdade social, da exploração do trabalho e da injustiça social sentida por várias camadas da população. Neste contexto Lopes, defensor da teoria marxiana que afirma que *“a prostituição é unicamente uma expressão particular da prostituição geral dos trabalhadores, e porque a prostituição é uma relação que inclui quer a pessoa prostituída, quer a pessoa que se prostitui – cuja baixeza é ainda maior – então o capitalista também está incluído nesta categoria”* (Marx, 1963:156, cit in Lopes, 2006:180). Concorda portanto, que a prostituição é um resultado inevitável do capitalismo, não sendo diferente de outras formas de trabalho alienado. Também McLeod coloca os profissionais do sexo no mesmo plano que os outros trabalhadores. Este autor conceptualiza as prostitutas como empresárias e a prostituição como actividade económica, estando condicionadas pelas relações de poder capitalista (1982 cit in Lopes 2006). Na perspectiva do autor, as prostitutas assemelham-se às outras mulheres, na medida em que algumas mulheres são vulneráveis à violência na sociedade contemporânea, no entanto, afirma que a diferença entre as prostitutas e as outras mulheres se prende no contexto legal, pois à prostituta é-lhe conferido um estatuto criminal.

Também neste contexto Roberts (1996) defende que o trabalho do sexo não é essencialmente diferente de qualquer outro e que as leis deveriam existir no sentido da sua legalização e protecção e do respeito pelas prostitutas.

Quando pensamos no abandono da prostituição, é obrigatório pensarmos também que para que estas mulheres abandonem esta forma de vida (se assim o desejarem) e ingressem no mercado de trabalho é necessário que recebam uma formação prévia, que deverá passar pelos elementos mais básicos como as normas e hábitos sociais e regras de conduta, até ao específico de uma profissão. Quando falamos em relações de trabalho, é de extrema importância a existência de um determinado tipo de trabalho que seja motivante e aliciante, pois não podemos criar novas frustrações que só levam ao retorno à prostituição. A preparação para

a inserção no mundo do trabalho requer também paralelamente uma atenção psicossocial que permita no seu conjunto uma integração total.

Neste contexto, convém salientar que, se as razões pelas quais as mulheres entraram na prostituição são de vária ordem e existem factores que facilitam a entrada na mulher na prostituição, também existem factores que, por outro lado, levam ao retorno a esta vida, e não nos podemos esquecer que o retorno é mais fácil que a entrada, pois é o regresso a um mundo já conhecido que proporciona à mulher altos ingressos económicos que resulta num estilo de vida cómodo e sem preocupações financeiras.

## MODERNIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO CAMPO DA PROSTITUIÇÃO

Fazendo uma breve referência ao ponto anterior damos conta da controvérsia existente em volta da noção de prostituição e das suas causas enunciadas. Vários são os autores que se pronunciam sobre esta realidade social dando o seu parecer, sem contudo, se chegar a uma explicação consensual sobre esta problemática. Tal facto justifica-se pela diversidade de realidades envoltas à prostituição e aos agentes que dela subsistem, difíceis de reproduzir uma definição coerente baseada na consensualidade.

O presente ponto refere-se às formas de intervenção capazes de operar ao nível desta realidade social. Não é fácil, é perigoso, pois o mundo da prostituição envolve muitos perigos, nomeadamente relacionados com violência e opressão. O trabalho desenvolvido com esta população-alvo implica um trabalho de terreno através de uma intervenção directa que segundo Robertis é aquela que *“se dirige ao beneficiário numa relação frente a frente (...) beneficiário e Assistente Social encontram-se assim juntos, comprometidos num processo que os modificará aos dois e que introduzirá mudanças quer num quer no outro”* (2006:205) (Tradução livre).

Barahona e García assinalam que num primeiro passo da intervenção devemos *“delimitar sobre o que intervir, o que implica estudar cada caso, as pessoas envolvidas, a sua situação, observando a sua realidade objectiva e subjectiva, dando especial atenção aos factores externos que incidem na problemática e o significado que adquirem para a pessoa que os vivência, que será diferente em cada caso”* (2004:43) (Tradução livre), acrescentam ainda a necessidade de termos a noção que as causas que propiciam determinado acontecimento são de vária ordem e podem estar interligadas, portanto, a atitude mais correcta assentará na compreensão e estudo das várias influências em todas as suas perspectivas, de forma a conseguirmos uma visão global e sobretudo objectiva.

O processo de intervenção e acompanhamento com mulheres prostitutas deve responder em primeiro lugar aos objectivos que estas mulheres pretendem

atingir, de forma a que seja a mulher prostituta a participar activamente no processo de modificação da sua situação.

Para intervir com uma população alvo que se prostitui Barahona e García elegem o *“Modelo dos Estágios de Mudança”* desenvolvido por James O. Prochaska e Carlo C. DiClemente (1984). Este modelo combina teorias e estratégias de intervenção que propiciam o processo de mudança, reconhecendo que as mulheres prostitutas podem passar por fases distintas antes de poder ou querer sair da sua situação. *“O processo de mudança uma vez iniciado pode levar a pessoa a modificar afectos, condutas, relações e conhecimentos sobre a sua situação-problema”* (Barahona et García, 2004:50).

Os mesmos autores definem o modelo como tridimensional capaz de operar em dimensões inter-relacionadas que marcam a intervenção, sendo estas:

- (i) Os **estágios** que respondem quando se fazem as mudanças particulares em atitudes, intenções e condutas. Existem seis etapas:
  - a) precontemplação;
  - b) contemplação;
  - c) preparação;
  - d) acção;
  - e) manutenção;
  - f) recaída.
- (ii) Os **processos** que dizem respeito ao modo como se processa a mudança, quando há progresso de uma etapa para a outra. Os processos principais são:
  - a) cognitivo;
  - b) comportamental.
- (iii) Os **níveis** respondem ao que as pessoas necessitam para modificar a sua situação ou superar os seus problemas particulares.

Os estágios de mudança descrevem a disposição motivacional do beneficiário e o progresso em relação à modificação da sua situação-problema. Como supra referido, existem seis estágios de mudança:

- (i) A **precontemplação** é a etapa em que a pessoa não pensa sequer em realizar alterações na sua vida, não existe intenção para tal. Segundo Barahona e Garcia (2004) esta atitude pode dever-se a várias causas, como ausência de consciência da sua situação-problema, ausência de necessidade de mudança por falta de informação, processo de mudança anteriormente fracassado, o que leva a pessoa a subestimar as suas capacidades para iniciar um novo processo. Esta etapa é caracterizada pela negação, resistência ou resignação;
- (ii) A **contemplação** é a etapa na qual as pessoas se abrem à informação e pensam na possibilidade de mudança. O conhecimento dos aspectos positivos e negativos da mudança pode produzir uma profunda indecisão e mesmo um estado de paralisia na tomada de decisão. As pessoas pensam em mudar, mas não se encontram preparadas para se comprometer a realizá-lo. A indecisão é a característica desta etapa;
- (iii) Na etapa da **preparação** as pessoas estão aptas para iniciar a mudança. Já interiorizaram que os aspectos positivos da mudança são superiores aos aspectos negativos e a sua convicção e as expectativas de resultados positivos são moderadamente altas;
- (iv) A **acção** caracteriza-se pela concretização das acções seguindo o plano anteriormente desenhado. É necessário ter em atenção que o risco de recaída é alto;
- (v) A **manutenção** é uma etapa na qual a mudança foi conseguida. Esta etapa é vivida pela pessoa como uma mudança positiva que contribuiu para melhorar a sua situação. A partir daqui o que

importa realmente é manter a situação, de forma a que não haja recaídas;

- (vi) O estágio da **recaída** é uma fase negativa dos estágios da mudança, mas que, em muitos casos faz parte do processo. Pode ocorrer em qualquer estágio anteriormente descrito.

Barahona e García (2004) expõem os estágios da mudança através de motivações sentidas pela prostituta, nas diversas fases da sua vida, são eles:

- (i) Precontemplação – Nunca;
- (ii) Contemplação – Algum dia;
- (iii) Preparação – Pronto;
- (iv) Acção – Agora;
- (v) Manutenção – Para sempre.

Segundo estes autores existem três elementos que contribuem para que a pessoa tenha uma atitude activa durante o processo de mudança:

- (i) **intencionalidade** de sair da sua situação-problema, que implica, por um lado, reconhecimento da sua situação, e por outro, a existência de um elevado grau motivacional para realizar o processo de mudança;
- (ii) **balanço decisional**, que se refere ao peso que a pessoa em causa atribui às vantagens e às desvantagens da sua situação. Ou seja, constitui os prós e os contras da modificação da sua situação, em que a pessoa reflecte no que ganhará ou perderá durante os estágios de mudança. Naturalmente, o objectivo da intervenção é avultar o número e a importância das vantagens e reduzir, tentando minimizar a importância das desvantagens;

- (iii) **auto-eficácia**<sup>6</sup> que se refere não só à confiança, mas também à convicção de executar com êxito uma conduta, de forma a conseguir com sucesso determinado resultado capaz de produzir mudança. Quanto maior for o nível de auto-eficácia, melhores serão os resultados, maior será a confiança produzida e mais fortes e resistentes serão as mudanças realizadas.

Os processos de mudança podem ser de dois tipos:

- (i) **cognitivo**, quando produz processos que resultam em mudanças na forma como a pessoa pensa e sente a sua situação problema. É realizada através do incremento da consciência da sua situação problema proporcionando informação sobre as alternativas existentes e favorecendo a expressão de sentimentos e a reacção emocional sobre a sua situação. São avaliadas as consequências pessoais relevantes que estão associadas ao processo de mudança;
- (ii) **comportamental**, quando produz mudanças na forma de actuação das pessoas, mediante actividades que mantêm o compromisso com a mudança e o abandono da prostituição e substituindo atitudes e maneiras de estar que tenham como consequência o manutenção da situação problema.

Os níveis de mudança fazem referência ao que as pessoas necessitam para mudar ou superar os seus problemas particulares. Existem cinco níveis de problemas distintos mas inter-relacionados:

- (i) sintomas e situações;

---

<sup>6</sup> Entendida por Bandura (1997) como “os juízos de cada indivíduo sobre as suas próprias capacidades, sobre as quais organizará e executará os seus actos de modo a que lhe permitam alcançar um rendimento adequado às suas expectativas” (cit in Barahona et García, 2004) (Tradução livre).



- (ii) comportamentos desadequados;
- (iii) conflitos interpessoais;
- (iv) conflitos com o sistema familiar;
- (v) conflitos intra-pessoais.

A mudança num dos níveis produz mudanças nos outros. No contacto com o Assistente Social, o beneficiário apresenta sempre o problema que considera prioritário, mesmo que este não seja o eixo central da mudança, a intervenção do Assistente Social deve iniciar-se por aí, como estratégia de aliciamento (Barahona et García, 2004).

Aplicando o modelo de estágios de mudança à mulher prostituta Barahona e García salientam que *“a intervenção com mulheres prostitutas deve ser vista como um processo de mudança que melhora a sua situação, em vez de enfatizar o abandono do exercício da prostituição como objectivo a alcançar, no entanto, os profissionais tentam guiar as mulheres através dos estágios de mudança, facilitando assim a sua realização”* (2004:59) (Tradução livre).

Estes autores assinalam que a vida prostitucional é constituída por uma série de fases, embora estas possam não acontecer na sequência a seguir exposta, que se referem ao modo de estar das mulheres durante o exercício da prostituição.

A **rejeição inicial** constitui uma primeira fase, que se produz com a entrada da mulher na prostituição. O grau da rejeição pode variar consoante os motivos que levaram a mulher à entrada na prostituição. Nesta fase a mulher legitima a sua entrada com a ideia de que este mundo não é o seu, é apenas ocasional e apenas o está a usar para ganhar algum dinheiro (na maior parte dos casos).

A **lua-de-mel** constitui a fase da auto-justificação que a prostituta utiliza para justificar a sua presença na prostituição: *“ganho muito dinheiro, sou livre, sou independente, faço o meu preço, recebo o meu dinheiro na hora”* (Barahona et García, 2004:60) (Tradução livre). No balanço decisional realizado pela prostituta entre as vantagens e os inconvenientes da sua conduta, as primeiras prevalecem sobre os

segundos, o que acaba por resultar numa aceitação plena da sua condição de prostituta.

A **sobrevivência** refere-se à fase do “deixar andar”. Trata-se de um modo de sentir a sua condição de prostituta com uma atitude passiva. *“Desejam que passem dias, meses e anos sem inquietudes, sem motivações, sem críticas a respeito do modo como ganham a vida”* (Barahona et García, 2004:60) (Tradução livre). É uma fase caracterizada pela ausência de reflexão, mantida pela existência de um mecanismo de defesa que permite sobreviver, sem ter uma visão diferente do futuro. É marcada pelas necessidades do dia a dia.

A **busca de alternativas** é uma fase que se caracteriza por um “despertar”. A mulher prostituta pensa em alternativas para modificar a sua vida. As expressões mais frequentes são *“estou farta disto, quero deixar esta vida, ajude-me a arranjar um trabalho ou alguma coisa para sair disto”* (Barahona et García, 2004:61) (Tradução livre). É notória uma certa intenção de mudança, no entanto, ainda não existe uma vontade firme e decidida para activar os mecanismos pessoais ao abandono da prostituição.

A **rejeição final** é uma fase na qual podem estar imbuídas várias circunstâncias tais como: percepção por parte da mulher de exercer há muito tempo este tipo de actividade, idade avançada, pressão familiar, crescimento dos filhos, entre outros motivos, é uma fase na qual, na maioria das vezes estão presentes os três elementos essenciais para dar início ao processo de mudança: o desejo, a vontade e a motivação.

Barahona e García (2004) estabelecem uma correspondência entre as fases do exercício da prostituição e os estágios do modelo de mudança:

- (i) a fase da rejeição inicial corresponde ao estágio da preparação e da acção;
- (ii) a lua de mel corresponde aos estágios da precontemplação e da contemplação;
- (iii) a sobrevivência encontra-se ligada à fase da contemplação;

- (iv) a fase da busca de alternativas corresponde à etapa da contemplação;
- (v) por último, a rejeição final assemelha-se ao estágio da preparação e acção, como anteriormente citado, é a fase em que a mulher reúne todas as condições para dar início ao processo de mudança.

As etapas dos estágios de mudança, no que se refere à sua aplicação a prostitutas, não só correspondem às diferentes fases do exercício da prostituição, como também, aos diferentes estados, identificados por Barahona e Garcia (2004), que se referem à relação que a mulher estabelece com a prostituição. São eles:

- (i) **IN**, a prostituta encontra-se integrada no mundo da prostituição, pelo que, este estado corresponde ao estágio da precontemplação.
- (ii) **OUT**, a prostituta quer abandonar este modo de vida, este estado corresponde ao estágio da acção;
- (iii) **OFF**, a mulher não quer ter mais qualquer contacto com o mundo da prostituição, o que corresponde ao estágio da manutenção.

A presente grelha, a seguir exposta é uma forma esquemática de conceber três pontos que se interligam no presente enquadramento teórico, são eles os diferentes estados que a mulher mantém em relação à prostituição, os estágios que contemplam o processo de intervenção para a mudança e as fases existentes durante o exercício prostitucional da mulher

**Quadro 2:** Correspondência entre os estados da prostituição, os estágios do processo de mudança e as fases da prostituição

Estado	Estágio de Mudança	Fases da prostituição
IN	Precontemplação	Lua de mel
	Contemplação	Lua de mel
		Sobrevivência
		Procura de alternativas
	Preparação	Rejeição inicial
		Rejeição final
OUT	Acção	Rejeição inicial
		Rejeição final
OFF	Manutenção	

Fonte: A partir de Barahona e García (2004:65)

A execução dos estágios de mudança existem do profissional um trabalho partilhado com o beneficiário, que se deve pautar pela compreensão, entre-ajuda e apoio, mesmo quando o desenrolar de toda a intervenção não decorre como esperado. É necessário investir e reinvestir, começando muitas vezes da estaca zero.

No **primeiro estágio da intervenção**, denominado por **precontemplação**, como já referido anteriormente, a prostituta encontra-se resistente a qualquer ajuda e intervenção, grande parte das mulheres que negam o acompanhamento encontram-se na fase de lua-de-mel. O objectivo é então ajudar a mulher a atingir o estágio seguinte (contemplação), sendo imprescindível iniciar a intervenção, com a identificação dos objectivos da pessoa, que regra geral dizem respeito a uma melhoria pontual e não a uma resolução imediata.

É necessário intervir apenas nos pontos percepcionados como problemas pela prostituta, definindo com ela objectivos bem delimitados e acessíveis, através

da planificação de tarefas, num curto espaço de tempo. A nosso ver este estágio deverá ser no sentido da aproximação, eficiência, assim como é de extrema importância a cativação e o aliciamento da prostituta, de forma a despertar nela o desejo de continuar e a motivação para a mudança. É fundamental que tudo decorra como planeado, pois atingir os objectivos propostos permite empreender na mulher um maior crescimento e auto-estima. Na passagem para a fase seguinte devemos celebrar as conquistas.

O **segundo estágio de acompanhamento** denominado por **contemplação** é também caracterizado por alguma resistência por parte da prostituta, embora não tão forte como no estágio anterior. Este estágio coincide normalmente com as etapas de sobrevivência, ou de procura de alternativas, pelo que, existe pouca abertura à informação e no momento em que se pesam as vantagens e os inconvenientes para iniciar o processo de mudança, permanece uma profunda indecisão. É então necessário neutralizar os aspectos negativos, enfatizando o suporte pessoal, técnico e social disponível. A prostituta é já capaz de reconhecer a sua situação, mas encontra-se num tal estado de indecisão que a impede de passar à acção e à entrada no estágio da preparação da mudança.

Neste contexto Perlman (1980) assinala que *“o modelo centrado na resolução de problemas tem uma dupla vertente, por um lado, a situação-problema é sentida como uma ameaça para a prostituta, por outro lado, ela sente-se incapaz de confrontá-la, o que contribui para aumentar a sua tensão”* (cit in Barahona et García, 2004:71) (Tradução livre).

Uma situação-problema embora se centre num problema identificado como prioritário, corresponde a uma constelação de problemas e dificuldades, por isso, o conhecimento das situações-problema é realizado normalmente de uma forma global, no entanto, o trabalho no sentido da sua resolução deve ser feito de maneira desconstruída, indo ao encontro das particularidades.

A propósito, Perlman assinala três operações essenciais para um processo correcto de resolução de problemas: *“averiguar os eixos que constituem o problema;*

*reflectir sobre os eixos e tomar uma decisão” (1980 cit in Barahona et García, 2004:71) (Tradução livre).*

A **etapa da preparação** é um estágio no qual se encontram as prostitutas consideradas na rejeição inicial e final. Estas mulheres estão dispostas à mudança, portanto, os objectivos a atingir devem ir ao encontro das habilidades da mulher para dar início ao processo de intervenção. Uma vez assumido o compromisso de mudança, torna-se premente desenhar um plano, no qual estejam presentes um conjunto de acções e objectivos estabelecidos e acordados entre o Assistente Social e a beneficiária. Este plano deve encaminhar a situação para um objectivo final que esteja em consonância com a vontade da pessoa.

O **estágio da acção** refere-se ao trabalho realizado com mulheres que estão comprometidas com o abandono do exercício da prostituição. É nesta etapa que se leva a cabo o plano de acção individualizado, desenhado na etapa anterior. Neste contexto, Pincus e Minahan (1973) através de Barahona e García (2004:73) assinalam que *“o problema não deve ser considerado apenas em si, isto é, devemos contemplar o que ele significa para a pessoa em causa, as reacções que provoca e os recursos que é necessário activar para a sua solução”* (Tradução livre). Acrescentam ainda que temos que ter em conta a equifinidade, pois é possível alcançar o mesmo resultado de formas diferentes e a multifinidade, pois também circunstâncias similares conduzem a resultados distintos.

A **etapa da manutenção** é um estágio com vários progressos, entre os quais a mudança já foi produzida. O objectivo nesta fase é manter a mudança. O Assistente Social em conjunto com a mulher estabelece um seguimento regular. É uma etapa de extrema importância, na medida em que evita recaídas, apesar do objectivo principal já ter sido atingido.

A **fase da recaída** pode acontecer em qualquer dos estágios anteriores. Não deve ser percepcionado como um fracasso, pois pode funcionar como desencorajamento. O Assistente Social deve apoiar a mulher salientando a necessidade de utilizar novas estratégias para combater a vulnerabilidade e o risco.

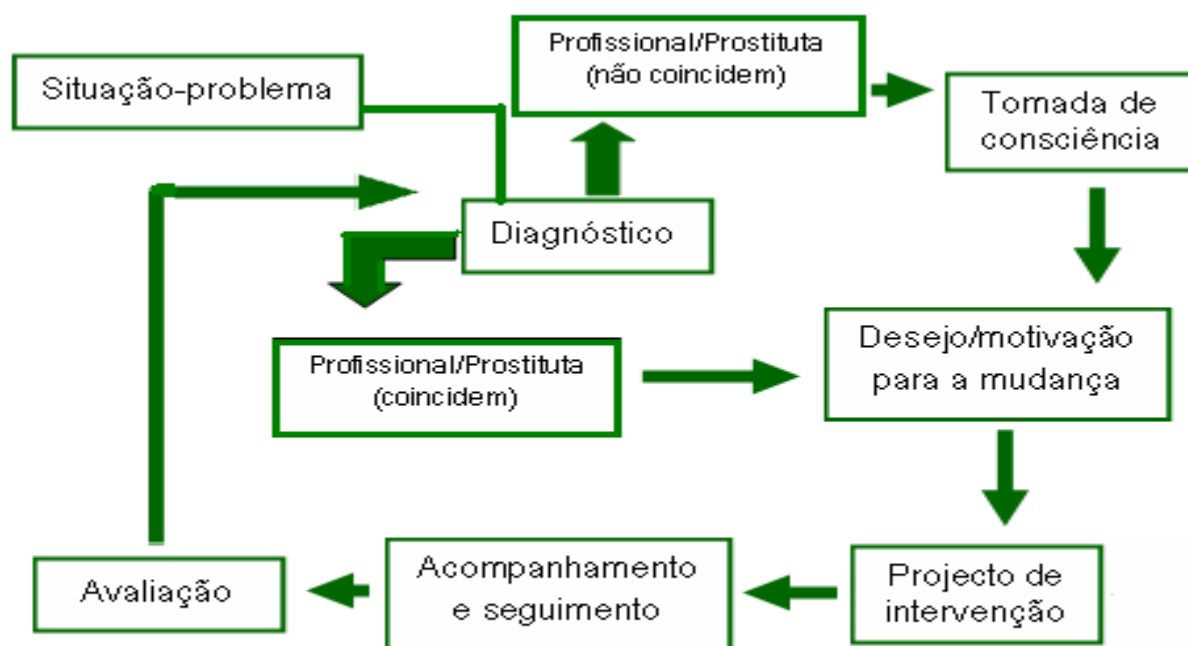


Figura 2. Execução do acompanhamento com mulheres prostitutas

Fonte: A partir de Barahona e Garcia (2004)

Todo o trabalho desenvolvido com esta população-alvo exige uma intervenção de vários profissionais provenientes de várias áreas do saber. Privilegia-se então a multidisciplinaridade em serviço social, que está presente nas novas dinâmicas profissionais e verifica-se em vários contextos, nomeadamente em equipas de rua, nos quais é necessária a contribuição de vários saberes como forma de agir mais eficazmente na resolução dos problemas. De acordo com Netto, (2008) é necessário tomarmos consciência de que os problemas e desafios com que o profissional de Serviço Social se depara, não são exclusivos de uma profissão, alargam muitas vezes o seu campo de actuação a outras matérias e outros saberes, por isso, *“é preciso articular nossa reflexão e nossa prática com outras categorias profissionais, conhecer suas estratégias, estabelecer alianças, criar vínculos (...) é necessário conhecer os outros, apresentar-nos a eles, aprender com eles e ensinar-lhes o que temos acumulado...”* (Netto, 2008:4).

Segundo Barahona e García (2004) podemos considerar diferentes modalidades de trabalho para abordar uma intervenção profissional:

- (i) podem existir profissionais a trabalhar sobre o mesmo caso, no entanto, actuando de maneira individual, ou trabalhando em conjunto com outros profissionais;
- (ii) quando existe um trabalho com outros profissionais, este pode assumir duas vertentes, por um lado, os profissionais podem pertencer a uma mesma área do saber ou, por outro lado, podem pertencer a categorias profissionais diferentes;
- (iii) o tipo de relação que se estabelece entre os profissionais pode assumir a designação de trabalho de grupo, quando existe cooperação entre os membros sem que, no entanto, não existam objectivos comuns a alcançar, ou de trabalho em equipa, quando todos os membros que constituem a equipa de trabalho, desenvolvem a sua acção no sentido de serem atingidos objectivos comuns a todo o grupo.

Esta lógica de trabalho pode também criar algum constrangimento/inquietação aquando da sua actuação. Por um lado, cada profissional tem um modo particular de avaliar uma situação, primeiro enquanto pessoa, com os seus princípios e valores, que vários dizem que devem ser neutros, mas que na verdade não o são, o que não devemos é deixá-los interferir no nosso modo de agir, ou seja, a postura profissional não deve ser confundida com a postura pessoal; segundo, enquanto profissional enquadrado na sua área de conhecimento, pois se há circunstâncias em que o Serviço Social partilha perspectivas comuns com outros profissionais, existem outras em que o *“Serviço Social oferece um ponto de vista distinto e por vezes único”* (Adams, Dominelli et al. 2006:100).

Em suma, a natureza do trabalho multidisciplinar ou em parceria requer bom senso e competência por parte dos elementos que dele fazem parte no sentido da resolução colectiva dos problemas em causa, colocando o interesse



dos indivíduos no centro da sua acção. É necessário termos em consideração que o objectivo do trabalho em equipa é a reunião de esforços, pois a complexidade dos problemas e da realidade social não permitem a um só profissional ter uma actuação eficaz, capaz de operar em várias frentes de uma situação problema.

## CONCLUSÃO

Tal como foi oportunamente referenciado os objectivos desta pesquisa prenderam-se, por um lado, com o “retalhar” de processos de abordagem da problemática da prostituição para em termos reflexivos destradicionalizar as análises produzidas sobre este fenómeno no contexto da sociedade do século XXI marcado por uma mudança de paradigma nos estilos e formas de estar na vida, por outro lado, com a desconstrução para a reconstrução do agir do Assistente Social na sua interacção com o grupo-alvo em estudo.

Neste quadro, a interacção quer dos cientistas sociais, quer dos profissionais de Serviço Social ao nível do trabalho desenvolvido com prostitutas/os não é acessível e pode até ser frustrante. Não é acessível pelos perigos que representa, nomeadamente para os cientistas sociais, pelo controle a que as prostitutas estão sujeitas, não é fácil obter a informação pretendida, assim como nem sempre a informação transmitida corresponde à verdade. Pode ser frustrante, na medida em que exige dos profissionais um empenho e uma luta constante, sem que, na maioria das vezes se consigam grandes resultados. Consideramos que cada passo dado em direcção a um objectivo deve ser considerado uma vitória.

Tal como foi sendo exposto ao longo do trabalho, a problemática da prostituição, quer pela sua diversidade de contextos, causas e protagonistas a ela associadas é um tema de difícil concordância. Começando pelo próprio conceito, verificamos pelos vários autores aqui abordados a diversidade de nomenclaturas, assim com as suas várias explicações subjacentes. O entendimento da problemática da prostituição está dependente de vários factores que se prendem com a noção que cada um tem do mundo à sua volta, com a sociedade em si, assim como, a própria vivência de cada indivíduo em poder influenciar a (não) aceitação da prostituição. Apesar de todas as modificações ocorridas ao nível do conceito, a natureza da prostituição e a sua carga pejorativa nunca vai ser alterada.

A prostituta/o vai ser sempre encarada/o como aquela/o que prefere obter dinheiro fácil, que não olha a meios para atingir fins, como destruidora de lares e casamentos e promotora de doenças venéreas.

Consideramos, de acordo com a opinião de alguns autores aqui referenciados: Roberts (1996), More, (1986 *cit in* Barahona 2001) que a prostituição deve ser encarada de forma livre, podendo a mulher dispor livremente do seu corpo para os fins que quiser, sempre de acordo com a sua vontade, prioridades e opções, condenando desta forma quaisquer práticas de exploração, opressão e maus tratos.

Enquanto sujeito inserido num sistema social em que nem todos têm as mesmas oportunidades, pelas mais variadas razões, a prostituta/o encontra na sua actividade uma forma de auferir uma boa quantia de dinheiro que lhe permitirá uma vida confortável e alguns luxos como casa e carro próprios a médio/longo prazo, bens que não conseguiria alcançar noutro tipo de actividade de acordo com a sua formação.

Também quando fazemos referência às causas associadas a esta problemática, nos deparamos com uma imensidade de factores. Dentro destes confrontamo-nos com a grande ênfase atribuída ao factor económico, uma vez ser, maioritariamente, considerado o impulso mais significativo na tomada de uma decisão. Não obstante, a dimensão económica ter dominado a interpretação sobre o fenómeno e respectiva representação e problemática em si mesma, existem outras estratégias de análise que nos permitem entender a crescente diversificação de análises que acentuam outros factores como acontece, “a existência de histórias de negligência” defendida por (Schissel *et* Fedec 1999 *cit in* Manita e Oliveira, 2002:28), a influência do grupo de pares e da comunidade em que cada pessoa está inserida (Widom, 1984 *cit in* Grosso, 2009), a falta de apoio familiar (Barahona, 2001) – estes factores são apresentados como outras causas associadas, quer à entrada, quer à permanência da mulher no mundo da prostituição.

Tentando ao longo de todo o trabalho apostar num discurso não condenatório, e não vitimizador, encaramos a prostituição como um modo de vida

e, por isso, defendemos a sua legalização, no sentido desta ser exercida minimizando riscos de saúde pública, exploração sexual de seres humanos, promovendo a garantia dos mesmos direitos e deveres dos outros trabalhadores.

Os discursos sociais mais comuns em torno das práticas prostitucionais reproduzem de modo frequente e recorrente a ideia da prostituição associada à propagação das DST's. É um facto que se trata de uma actividade que envolve riscos, não apenas riscos de saúde, mas também relacionados com roubos, maus tratos, tráfico, entre outros, no entanto, é necessário termos a noção que um grupo considerado de risco, como é o caso do colectivo dos que exercem a prostituição, pode não assumir comportamentos de risco, através da prevenção das DST's. Aliás, Ribeiro, *et al.* (2005) assinala que os comportamentos de risco estão relacionados mais com o consumo de drogas por via intravenosa, nomeadamente quando se trata de prostitutas toxicodependentes que consentem a relação sexual sem preservativo, devido à extrema urgência em angariar dinheiro para droga. *"Assim sendo, julgamos plausível que se estabeleça um nexo de causalidade entre a toxicodependência e a sida, mas já não entre a prostituição e a sida"* (2005 cit in Grosso, 2009:20). A este respeito, Grosso (2009) salienta ainda que não existe uma ligação consistente entre as prostitutas e os comportamentos sexuais de risco, pelo contrário, a autora defende que a grande maioria adopta comportamentos sexuais defensivos, sendo assim grupos de risco mas não se comportando como tal.

Neste contexto, importa evidenciar a acção do Assistente Social que se deve pautar sobretudo por uma prevenção primária que se destina a intervir antes do problema, de forma a evitar o seu aparecimento. Isto é, visa a modificação de comportamentos que colocam os grupos em risco de serem infectados. As acções que caracterizam a prevenção primária têm por objectivo influenciar o comportamento e as perspectivas do grupo-alvo, de modo a motivar as pessoas a mudar o seu comportamento que irá protegê-las em relação à infecção pelo HIV/SIDA.

Aliás, toda a intervenção do profissional de Serviço Social com grupos de risco deve ser pautada por uma vertente pedagógica baseada na informação/

prevenção/educação, apostando na sensibilização destes grupos. Esta vertente deve ser identificada a um nível mais macro da intervenção, digamos que antes de iniciar qualquer acompanhamento com a prostituta. Um segundo momento, já num nível mais micro refere-se ao projecto de vida da prostituta.

Neste contexto, tal como refere Barahona e García (2004) é necessário *“delimitar sobre o que intervir, o que implica estudar cada caso, as pessoas envolvidas, a sua situação, observando a sua realidade objectiva e subjectiva, dando especial atenção aos factores externos que incidem na problemática e o significado que adquirem para a pessoa que os vivência, que será diferente em cada caso”* (Tradução livre). Todo o processo de acompanhamento de mulheres prostitutas deve assentar numa base de compreensão, congratulação e acordo. A frustração e repreensão são factores que apenas irão trazer derrotismo ao desenvolvimento da intervenção.

O tipo de relação que se estabelece num primeiro encontro com a prostituta vai influenciar o futuro de toda a intervenção. É importante, criar uma relação de confiança, empatia e compreensão. O conhecimento de toda a trajectória de vida da pessoa que se prostitui é fundamental para o conhecimento do seu contexto e compreensão das suas motivações e para obtermos uma noção global e objectiva de todo o percurso de vida. De acordo com Barahona e García (2004) a intervenção com esta população-alvo deve ser vista como uma melhoria da sua situação, em vez de enfatizar o abandono do exercício da prostituição como objectivo a alcançar.

Aliás, como já referido anteriormente, entendemos nalguns casos (em que tal acontece) a prostituição como uma opção/estilo de vida, ou seja, uma prioridade da pessoa que se prostitui face à realidade laboral que a sociedade oferece e face a este facto, a nossa acção enquanto Assistentes Sociais e agentes privilegiados para operar na vida dos indivíduos defendendo valores como a igualdade, justiça e democracia deve, sobretudo, ter um cariz anti-discriminatório, anti-vitimizador e com uma forte capacidade de adaptação perante as mudanças societárias.

Tal como já referido a “mais velha profissão do mundo” vai continuar a existir e mesmo face à mudança que se está instalando na sua representação de género e no seu exercício por diferentes faixas etárias, dificilmente num espaço de tempo próximo ou mesmo mais alargado não irá continuar a ser “vincado” por uma atitude social de cariz pejorativo. Mas o reconhecimento social nos dias de hoje no âmbito das sociedades ocidentais e das transformações que se estão processando nas tipologias e nos serviços prostitucionais, bem como nos territórios e proveniências sócio-económicas dos que vivem a vida da prostituição faz com que tenha emergido a necessidade de que o exercício da intervenção se recrie. Nesta recriação deve ser assumida a mudança na “fácies” social do fenómeno e nas razões pessoais que estão na origem do exercício da prostituição. Já não se pode falar a linguagem do fatalismo que explica a vitimização dos seus praticantes. A construção deste problema como drama social está em confronto com novas dinâmicas onde o exercício da prostituição pode ser igualmente assumido como “modos de vida” exercido por opção.

No entanto, interpretada como drama ou como opção de vida a intervenção profissional dos Assistentes Sociais neste campo, como se pode confirmar pelo conteúdo produzido neste trabalho, é seguramente um processo que centrado na construção ou reconstrução de projectos de vida obedece a procedimentos que deixam em aberto outra questão central que singulariza este modo de vida, isto é a: insegurança física; emocional e social.

Os modelos de intervenção definidos pelo Serviço Social para agir no contexto desta problemática singularizam-se pela sua descoincidência, ou agem de forma **casuística**, utilizando o encaminhamento, por via das instituições ou organismos a que esta franja de população recorre no uso da sua cidadania (instituições de saúde, segurança social); ou mais **organizada** recorrem a instituições de solidariedade social vocacionadas para dar apoio social e fazer o acompanhamento social e comportamental deste grupo de pessoas; ou mais **estruturada** quando se trabalham projectos de vida com vista à inclusão social. Enquanto que este tipo de respostas se centra mais no problema social do que na

problemática social as questões que envolvem a problemática relacionadas com o risco e a incerteza são subalternizadas.

Relativamente ao risco e tendo em consideração que neste grupo este não se restringe às DST's, estende-se igualmente no campo de saúde à condição de vulnerabilidade decorrente do estilo de vida, uma intervenção a este nível deve ser uma intervenção de carácter pedagógico. A intervenção pedagógica diferencia-se da intervenção para a acção na medida em que incide sobre os riscos de saúde de forma a que não se venham a transformar em perigos que reforcem o processo de exclusão social. Sendo estas práticas de intervenção pedagógica conduzidas por equipas de terreno, não devem estar circunscritas à intervenção de rua. Toda a prática de intervenção ao nível da prostituição deve primar por privilegiar esta vertente. Não importa trabalhar projectos de vida sem que se possa assegurar a sua substância e criar um sentido de responsabilidade cívica e social. Como se pode pensar um futuro de vida sem se afastar os vectores que podem fazer "perigrar" esse mesmo futuro, tal como: tuberculose, HIV/SIDA, cirrose, hepatite, entre outros. Neste sentido, uma intervenção para acção deve ser acompanhada a montante e em simultâneo de uma intervenção pedagógica.

Intervir para prevenir ou para transformar, não anula a necessidade objectiva de se utilizar um modelo de intervenção de características holísticas. Nessa medida a questão da segurança e da instabilidade emocional decorrentes dos elementos de pressão que interferem sobre os quotidianos de vida desta população alvo, conduz-nos a pensar em estratégias de intervenção que possam ter como finalidade a redução do estado de tensão que obstaculizam a condição de vida dos que se sentem protegidos no seu habitat mas desprotegidos na sua relação com a opressão. Intervir no sentido de responder a uma necessidade torna-se assim num desafio. Agir sobre a insegurança, implica a utilização de estratégias de intervenção que numa primeira instância não deverão ser directivas. Deverão ser disponibilizadas como meios de ajuda e de aconselhamento onde a intervenção centrada na comunicação sublime as

ansiedades, medos e incertezas. Dentro das novas modalidades de ajuda à distância pode-se incluir uma linha SOS. A virtualidade desta estratégia de intervenção pode ter efeitos positivos no combate aos efeitos nefastos subjacentes a este modo de vida. A sua pertinência prende-se com o facto de que, por um lado, o mundo envolto a este tipo de actividade se encontra repleto dos mais variados perigos - roubos, violações, raptos, tráfico de seres humanos, entre outros, por outro lado, a realidade em que os seus protagonistas operam pode ser tão fechada que impossibilita o pedido de ajuda, assim como o modo de saber a quem recorrer seja nulo.

Não tendo sido abordada ao nível deste trabalho de pesquisa esta estratégia de intervenção, o seu desenvolvimento parece-nos sustentador de futuros trabalhos de investigação.